

ECONOMIA

Economia do Setor Público



SUMÁRIO

Apresentação	3
Economia do Setor Público	4
1. Introdução à Economia do Setor Público	4
2. Economia do Setor Público	4
3. Papel do Governo na Economia	5
4. O Estado e as Funções Econômicas Governamentais	8
4.1. Falhas de Mercado	9
4.2. Função Alocativa	10
4.3. Função Distributiva	13
4.4. Função Estabilizadora	15
5. Estabilização, Crescimento e Redistribuição	17
6. Evolução da Participação do Setor Público na Atividade Econômica	19
6.1. Razões dos Crescimentos das Despesas Públicas	20
Resumo	25
Questões de Concurso	28
Gabarito	41
Gabarito Comentado	42
Referências	63

APRESENTAÇÃO

Olá, futuro concursado! 😊

Tudo bem? E os estudos? Progredindo? O importante é não parar. A constância é o maior desafio e o melhor aliado de todo concurseiro. Bora lá?! 📖 Esta aula vai cobrir os seguintes pontos dos editais que cobram Economia:

DICA

Economia do Setor Público. Papel do governo na economia. O Estado e as funções econômicas governamentais. Estabilização, crescimento e redistribuição. As necessidades públicas e as formas de atuação dos governos. Estado regulador e produtor. Evolução da participação do setor público na atividade econômica.

Espero que você goste do que vamos estudar e do material a seguir. Por favor: material obrigatório! 😊 É o que você precisa saber para passar. Durante o nosso conteúdo, iremos utilizar de diversos termos que são comuns ao se tratar de programação fiscal e financeira e finanças públicas. Esses termos são fundamentais para a compreensão de vários temas que iremos tratar.

Iremos explicar esses conceitos de forma mais didática e simples possível, mas não se preocupe, pois ao longo do conteúdo alguns deles serão aprofundados e explicados sempre quando necessários.

Então, fica ligado no curso GRAN. Estou esperando as dúvidas no Fórum do aluno!

Vamos começar?



Daisy Assmann
@profadaisyassmann

ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO

1. INTRODUÇÃO À ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO

O ramo da Economia que estuda as razões pelas quais o governo intervém e como intervém é chamado de “Finanças Públicas”. Este ramo da Economia vai também verificar como funcionam os aspectos econômicos do setor público.

Entre esses aspectos econômicos, podemos citar a arrecadação governamental por meio dos impostos governamentais que afetam a economia), os gastos governamentais (como o governo gasta seu dinheiro e, de que forma) e a gestão dos recursos públicos (onde o governo investe, se esse investimento teve bons retornos, a qualidade dos serviços públicos e assim por diante).



Figura 1: Finanças Públicas



Fonte: <https://www.pexels.com/pt-br/foto/abundancia-fatura-riqueza-bancario-3943749/>

2. ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO

A Economia do Setor Público estuda o pagamento e custeio das atividades públicas além da administração e desempenho de suas atividades. Essa área tem como essência a abordagem dos recursos públicos, sua arrecadação e aplicação, tendo como objetivo atender às necessidades da sociedade.

O Estado determina políticas econômicas para executar sua atividade financeira conhecidas como política fiscal e política monetária. Estudaremos esses conceitos mais à frente.

Figura 2: Recursos Públicos



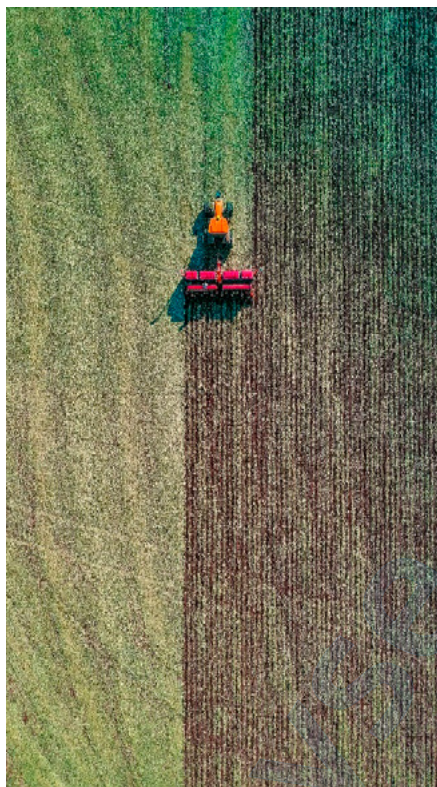
Fonte: Exame.

3. PAPEL DO GOVERNO NA ECONOMIA

Ao longo da história da economia brasileira, o Estado assumiu diferentes papéis. Frequentemente, o Estado assumia vários papéis simultaneamente. Especialmente durante os anos 60 e 70, houve três papéis principais que se destacaram, mas que permanecem até hoje: estado produtor, estado regulador e estado financiador.

O primeiro papel conhecido é o do **Estado produtor**. Este papel é marcado pela produção de bens e serviços realizados diretamente pelo Estado. Esse papel é a face mais visível da intervenção estatal na economia e o que pode ser evidenciado pela criação e atuação das empresas estatais.

Figura 3: Estado produtor



Fonte: <https://www.pexels.com/pt-br/foto/aereo-antena-agricultura-interior-5047616/>

Ao utilizar as empresas estatais, o Estado supre a lacuna deixada pelo setor privado quando não há interesse em explorar alguns setores. Os principais períodos em que esse papel ficou evidente foram durante o governo Getúlio Vargas e durante o governo Juscelino Kubitschek.

Um outro papel que é destacado pela literatura especializada é o de **Estado financiador**. O objetivo desse Estado é facilitar o financiamento de projetos de investimento do setor privado. Como nem sempre o mercado possui o apetite para investir, o setor público assumia o papel de financiador.

Em projetos muito longos, cujo retorno do investimento demoraria muito, o financiamento estatal pode atrair o interesse privado. Além disso, em projetos que exigem muito investimento inicial em capital (o que denota altos custos fixos), o financiamento público atenua o risco do investimento, viabilizando a existência de investimentos em áreas específicas. Um caso típico é o de energia elétrica, fornecimento de água e esgoto.

Podemos destacar, ainda, que esse papel pode ser viabilizado pela existência dos bancos públicos como a Caixa, o Banco do Brasil e o BNDES. O objetivo dessas instituições era o de viabilizar financeiramente a infraestrutura que o país necessitava em épocas passadas. Esses bancos subsidiavam empréstimos a setores estratégicos e estendiam o prazo para pagamento, tudo para atender a política econômica do governo. Esta atuação tem sido mantida ao longo do tempo.

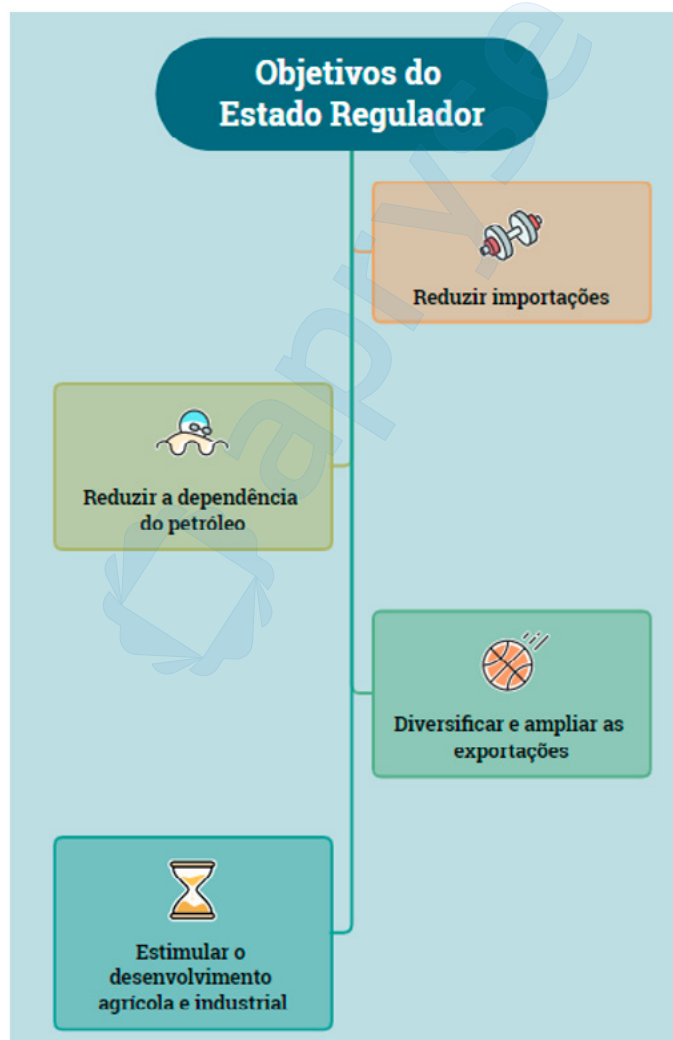
O terceiro e último papel foi de **Estado regulador**. Podemos encontrar a ocorrência desse papel por meio de normas e exigências do cumprimento delas o Estado busca um comportamento econômico que atenda o bem-estar social.

Além disso, esse papel regulador tinha como objetivos:

- **Reduzir importações** (já que, em um determinado momento da Economia Brasileira, o Estado as queria substituir por meio da política de substituição de importações);
- **Diversificar e ampliar as exportações;**
- **Reduzir a dependência do petróleo;**
- **Estimular o desenvolvimento agrícola e industrial do país e proteger as firmas nacionais.**

Atente-se para o mapa mental a seguir:

Figura 4: Objetivos do Estado Regulador



Fonte: elaboração própria

No caso do Estado regulador, a responsabilidade continua com o Estado. Apenas a execução dos serviços públicos é que passa para a iniciativa privada. Se um município, por exemplo,

realiza uma concessão para uma empresa de saneamento, esta empresa apenas executa o serviço, mas a responsabilidade permanece com o Estado.

Figura 5: Estado regulador



Fonte: <https://www.pexels.com/pt-br/foto/edificio-dem-deutschen-volke-959256/>

Portanto, o Estado regulador é um Estado que repassa para a iniciativa privada a execução dos serviços públicos e fica apenas exercendo a regulação, já que mantém a titularidade do serviço. Uma outra função do Estado regulador é a de **promover a competição** e evitar a formação de monopólios.

Em resumo, podemos dizer que: **Estado produtor** é o Estado que produz diretamente bens e serviços à sociedade. E o Estado financiador é o Estado que cria condições para que haja financiamento por meio de empresas estatais. Estado regulador é o Estado mais ausente na economia já que passa atividades à iniciativa privada e apenas regula e fiscaliza os mercados.

Atualmente, o Estado brasileiro está presente nas três formas na economia do Brasil. Há elementos para identificarmos os três papéis como presentes na realidade brasileira. Contudo, alguns autores afirmam que o Brasil possui uma tendência de ampliar o papel de Estado regulador e diminuir os outros dois.

4. O ESTADO E AS FUNÇÕES ECONÔMICAS GOVERNAMENTAIS

Vamos estudar aqui as três funções governamentais propostas por Musgrave: **as funções alocativa, distributiva e estabilizadora**. Esses três ramos são mais conhecidos no Brasil como Funções Econômicas do Governo ou apenas Funções do Governo.

Contudo, antes de entrarmos nas funções governamentais, é importante relembrar conceitos relacionados com as falhas de mercado.

4.1. FALHAS DE MERCADO

Ao se tratar das falhas de mercado, a primeira palavra a ser dita é: **escassez**. Enquanto as necessidades da sociedade são ilimitadas, os recursos são limitados. Por não conseguir produzir tudo o que necessita, é necessário escolher o que será produzido. Da mesma forma, se um consumidor não consegue comprar tudo o que necessita, ele terá de priorizar o que comprar.

A Economia é uma ciência que estuda como utilizar os recursos escassos para atender às necessidades humanas ilimitadas, a partir de parâmetros, critérios e direções para priorizar determinadas coisas.

Os chamados “mercados” nada mais são que formas de alocar os diversos recursos produtivos e promover transações econômicas. As condições do mercado de concorrência perfeita são condições ideais, teóricas, difíceis de serem verificadas na prática.

Figura 6: Competição perfeita



Fonte: <https://www.pexels.com/pt-br/foto/aposta-argumentando-bar-barra-4417/>

O mais comum é que não tenhamos tantos ofertantes ou que não haja transparência de informações, por exemplo. Quando houver uma situação que impeça que o mercado atinja o ótimo de Pareto (competição perfeita), essa situação será uma falha de mercado.

Sendo assim, sempre que um mercado não for eficiente no sentido de Pareto é porque estamos diante de uma falha de mercado que impede a eficiência de ser atingida. As principais falhas de mercado estudadas são:

- Falhas na competição (poder de mercado, monopólios naturais);
- Assimetria de informações;
- Externalidades (ação de um indivíduo ou empresa afetando direta ou indiretamente outros agentes do sistema econômico);
- Existência de bens públicos (escapam ao sistema de preços de mercado);
- Mercados incompletos (bem/serviço não é ofertado mesmo que o custo de produção esteja abaixo do preço que os consumidores estariam dispostos a pagar);

- Ocorrência de desemprego e inflação.

Agora vamos estudar as funções econômicas governamentais. Vamos lá!

4.2. FUNÇÃO ALOCATIVA

A função alocativa do governo visa melhorar a eficiência econômica dos mercados. Assim, sempre que o governo quiser atacar as falhas de mercado, ele está agindo em sua função alocativa, pois está promovendo ajustamentos na alocação dos recursos da sociedade, melhorando a eficiência.

Resumidamente definimos a função alocativa como a intervenção do governo para melhorar a eficiência econômica, promovendo ajustamentos na alocação de recursos da sociedade e atacando as falhas de mercado.

Portanto, se o governo incentiva a competição das firmas, reduz o poder de mercado das empresas, reduz as assimetrias de informação, desincentiva as externalidades negativas e incentiva as positivas, provê bens públicos e completa os mercados, estamos diante da função alocativa.

Os bens públicos são um tipo específico de bem que o mercado privado não consegue ofertar para a sociedade. Isso significa que nem sempre o mercado vai ofertar tudo. Esse tipo de bem é caracterizado como uma falha de mercado. Isso acontece, pois o mercado falha em ofertar o bem.

Leia o trecho, a seguir, sobre a definição de bens públicos:

Ocasionalmente, o mercado não fornece um bem ou serviço que as pessoas querem. Se um bem for não rival e não excludente, o livre mercado provavelmente não vai fornecê-lo.

Um bem ou serviço é não rival quando seu consumo por uma pessoa não diminui o consumo do bem ou serviço por outra pessoa. Por exemplo, quando você vai ao cinema, a presença de outra pessoa não diminui a sua capacidade de consumir o serviço, a menos que, evidentemente, ela tenha um bebê chorando em seu colo. Uma barra de chocolate é um exemplo de um bem rival. Se você comer a barra de chocolate, então outro consumidor não poderá fazer isso.

Um bem é não excludente se o produtor não puder rejeitar o fornecimento àqueles que não quiserem pagar por ele. As estradas públicas são um exemplo de bem não rival e não excludente (o cinema é um bom exemplo de um bem não rival, mas excludente). Uma empresa privada tem pouco incentivo para produzir uma via pública a seu próprio custo. Portanto, cabe ao governo fornecer esses tipos de bem.

Fonte: MILL, Alfred. 2017, p.66.

EXEMPLO

Um exemplo clássico desse tipo de bem é a iluminação pública. Aqui podemos ter a situação de um bem que seja não-rival e não-excludente. Essas condições precisam estar atendidas para termos um bem público. E é exatamente isso que acontece! Não é possível excluir alguém

do consumo da iluminação pública e, ao mesmo tempo, o consumo de uma pessoa não vai diminuir a disponibilidade do bem para a outra. Por causa dessa situação particular, geralmente o Estado é quem oferta esse tipo de bem.

Atente-se para o infográfico, a seguir, sobre bens públicos:

Bens públicos



Fonte: KISHTAINY et al (2013, p. 47)

Quando bem público é ofertado pelo mercado, o que pode ocorrer é que as pessoas não se sintam incentivadas a pagar por esse bem.
Como essa situação pode ser possível?

Um bem público vai gerar benefício para todos por definição uma vez que é um bem não-exclusivo. Vamos voltar ao exemplo da iluminação pública: é possível excluir o serviço de iluminação pública de alguém? Não. Então as pessoas não são incentivadas a gastar com esse tipo de serviço. Ou ainda, deixam que algumas pessoas paguem por esse serviço e as demais entrem na carona pelo que a outra pessoa já pagou.

Quando estamos falando de bens públicos, a existência de caronas inviabiliza que o mercado oferte esse tipo de serviço de maneira eficiente que é a forma desejável.

Poderíamos pensar na situação em que as pessoas paguem um valor bem baixo para usufruir desse tipo de bem, porém as evidências nos mostram que esse tipo de arranjo tende a não funcionar bem no mercado privado de bens. Então uma solução viável é o subsídio ou o próprio fornecimento do bem pelo governo do bem para que seja produzido de maneira eficiente.

Na função alocativa, são determinados o tipo e a quantidade de bens públicos a serem ofertados pelo governante. Ele escolhe quais bens públicos ofertar, em que quantidade e quem irá arcar com o custo.

Nessa função, entram os chamados bens “semipúblicos” ou “meritórios”: apesar de poderem ser submetidos ao princípio da exclusão (e serem explorados pelo setor privado), o fato de gerarem altos benefícios sociais e externalidades positivas justifica a produção total ou parcial pelo setor público (exemplos: educação e saúde).

Figura 7: Bens públicos



Fonte: <https://images.pexels.com/photos/837358/pexels-photo-837358.jpeg?auto=compress&cs=tinysrgb&dpr=1&w=500>

Além disso, entra também o papel do **Estado empresário** pela produção de bens privados pelo setor público, como no caso do setor privado nascente, projetos de grande necessidade de recursos, externalidades e desenvolvimento econômico, como por exemplo, o setor de infraestrutura.

São exemplos da função alocativa: investimentos em infraestrutura econômica, como a promoção do saneamento básico, construção de rodovias, portos, malha rodoviária, aeroportos, fornecimento de energia elétrica, saúde, educação etc.)

Um exemplo de função alocativa na prática foi a transposição do Rio São Francisco, iniciada em 2005, na qual, apesar dos impactos ambientais e sociais causados à população nordestina.

O **Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV)**, atualmente sendo substituído pelo Programa Casa Verde Amarela, é outro exemplo que se encaixa na função alocativa. Trata-se de um programa habitacional lançado pelo Governo Federal em 2009 com o objetivo de proporcionar ao cidadão brasileiro condições de acesso à moradia própria, tanto em áreas urbanas, quanto rurais.

Figura 8: Programa Minha Casa Minha Vida



Fonte: <https://www.pexels.com/pt-br/foto/aposta-argumentando-bar-barra-4417/>

Assim, o governo fornece condições especiais de financiamento por meio de parcerias com estados federativos, municípios, empresas e entidades sem fins lucrativos. O objetivo era resolver o déficit habitacional, correspondente a cerca de 21% da população brasileira na época.

4.3. FUNÇÃO DISTRIBUTIVA

A função distributiva se preocupa com a melhor forma de distribuir os bens e serviços produzidos para a sociedade, de forma a evitar que poucas pessoas tenham acesso gigantesco aos bens e serviços produzidos enquanto outras pessoas não tenham acesso a nenhum.

Não é uma questão apenas da quantidade distribuída, mas também de como os consumidores utilizam esses bens. A distribuição de bens, de serviços e de renda em uma sociedade pode não ser a ideal. Neste caso, o governo pode intervir para promover alguns ajustes distributivos, para chegar mais perto do que a sociedade considera uma distribuição justa.

O nível de distribuição considerado ideal é baseado em crenças e valores de cada sociedade. São três os principais instrumentos pelos quais o governo atende sua função distributiva:

- Transferências;
- Impostos;
- Subsídios.

As **transferências** são recursos que o governo distribui renda diretamente aos mais necessitados, sem nenhum tipo de contrapartida necessária. O Bolsa Família é um bom exemplo desse tipo de atuação governamental. Além do bolsa família, as aposentadorias rurais, o benefício de prestação continuada (BPC) também podem ser enquadrados aqui.

Figura 9: Programa Bolsa Família



Fonte: <https://www.pexels.com/pt-br/foto/aposta-argumentando-bar-barra-4417/>

Já a questão dos **impostos** pode ser vista quando o governo tributa mais as pessoas de mais alta renda e tributa menos as pessoas de menor renda (tributos progressivos). Dessa forma, ele também está exercendo sua função distributiva.

Além disso, como os recursos captados pela tributação das pessoas de renda mais elevada podem ser utilizados para financiar programas para a população de baixa renda, como os programas de moradia popular que também podemos entender como uma política com uma função distributiva.

Essa função ocorre quando o governo pega o volume de recursos de estados mais ricos da federação e transfere para estados menos ricos, de forma a promover uma maior igualdade regional.

Uma outra acepção, ainda na parte dos impostos, é a tributação no consumo. Ou seja, quando o imposto é mais alto em produtos de luxo (supérfluos) do que em produtos essenciais (como a cesta básica). Assim o governo também está exercendo sua função distributiva.

Por fim, o governo também pode dar um incentivo financeiro para as empresas que produzem itens essenciais. Esse incentivo financeiro pode ser um subsídio ou uma renúncia fiscal. No subsídio, o governo dá o dinheiro diretamente para a empresa. Na renúncia fiscal, o governo cobra menos tributos: dá um desconto sobre os tributos que a empresa tem que pagar.

Figura 10: Empresa



Fonte: <https://images.pexels.com/photos/830891/pexels-photo-830891.jpeg?auto=compress&cs=tinysrgb&dpr=1&w=500>

Em resumo, na **função distributiva** o governo intervém para distribuir melhor a renda entre indivíduos ou setores da sociedade por meio de transferências, impostos, subsídios e outras políticas como a seguridade social e o salário-mínimo.

4.4. FUNÇÃO ESTABILIZADORA

A função estabilizadora está relacionada com a falha de mercado que nos mostra a ocorrência de desemprego e de inflação. Como os mercados não conseguem, sozinhos, resolver a questão do desemprego e da inflação, então o governo pode intervir na Economia para aumentar o grau de emprego dos recursos de forma a chegar ao pleno emprego e controlar a inflação, assegurando a estabilidade da moeda.

Sendo assim, sempre que o governo desejar alterar o comportamento dos níveis de preços e do emprego, ele agirá em sua função estabilizadora para “estabilizar a economia”.

Dentro da função estabilizadora, o objetivo do governo é influenciar a demanda agregada da economia. A Demanda Agregada representa a interação entre o consumo das famílias, o investimento público e privado, os gastos do governo, as exportações e as importações de um país.

Quando a demanda agregada está baixa, o governo tem que agir sobre a demanda para elevá-la. Quando a Demanda Agregada está alta, isto pode significar que o governo precisa diminuí-la, pois alta demanda agregada pode provocar inflação. Para intervir na demanda agregada, o Governo pode fazer uso de dois instrumentos principais:

- **Política fiscal** (escolhas governamentais que se referem à arrecadação e gastos do governo). Exemplo: Quando o governo institui o seguro-desemprego, por exemplo, é uma função estabilizadora, pois essa medida aumenta os gastos do governo, e, portanto, é

uma política fiscal. O propósito dessa medida é justamente fornecer renda para quem está desempregado, isto é, promover uma estabilização econômica para que os efeitos do desemprego sejam contidos.

- **Política monetária** (escolhas governamentais que se referem à quantidade de moeda na Economia). Exemplo: controlar a moeda na economia para o controle da inflação, além da intervenção do governo na economia para equilibrar a oferta e a demanda por moeda e a taxa de juros.

Figura 11: Política fiscal e monetária



Fonte: <https://www.pexels.com/pt-br/foto/aposta-argumentando-bar-barra-4417/>

Vamos ver como esse assunto cai nas provas de concurso! Vamos lá!!



DIRETO DO CONCURSO

001. (FCC/AFAP/ANALISTA DE FOMENTO – ECONOMISTA/2019) Uma característica básica dos bens públicos é que: Foi marcado por ações do governo no campo social com o oferecimento de serviços públicos básicos, para diminuir a desigualdade social

- a) são rivais e não exclusivos.
- b) as pessoas podem ser impedidas de consumi-los.
- c) são exclusivos e não rivais.
- d) apresentam custo marginal de produção igual a zero para um consumidor adicional.
- e) são rivais e exclusivos.



Vamos aproveitar esta questão e vamos falar sobre custo marginal de bens públicos.

O custo marginal, em geral, é o custo de produzir e ofertar uma unidade adicional de um bem.

Nesse sentido, podemos nos questionar sobre o custo marginal de uma praça pública por exemplo. Ou ainda, qual é o custo marginal da segurança pública? Para os bens públicos, quando incluímos uma pessoa para ser beneficiária, não temos o aumento no fornecimento desse bem. Quando você decide caminhar no parque, o aumento nos custos em manter esse parque é ínfimo. Assim, podemos dizer que o custo marginal dos bens públicos pode ser considerado zero.

A alternativa “a” está incorreta, pois diz que bens públicos são rivais e nas alternativas “b” e “c” diz que os bens públicos são exclusivos.

Na realidade, os bens públicos são: **não rivais e não exclusivos.**

Letra d.

5. ESTABILIZAÇÃO, CRESCIMENTO E REDISTRIBUIÇÃO

É por meio das políticas fiscal e monetária que o governo atua para que a Economia fique estabilizada, cresça ou ocorra uma redistribuição. A Economia está em equilíbrio (ou estabilizada) o lado monetário iguala o lado real da economia. O governo pode alterar o equilíbrio por meio da política fiscal e da política monetária.

Para a redistribuição de riqueza, o Governo utiliza de sua função distributiva. Já para a estabilização da economia, utiliza de sua função estabilizadora, ambas já comentadas anteriormente.

A política fiscal pode ser expansionista ou restritiva. As políticas fiscais expansionistas são adotadas quando o governo deseja aumentar a demanda agregada. Isso só deveria ocorrer em momentos em que a demanda efetiva é inferior à oferta potencial, e a economia opera abaixo de sua capacidade. A adoção de política fiscal expansionista em momentos de economia aquecida, quando a demanda já é alta, resulta em inflação.

São exemplos de uma política fiscal expansionista:

- Aumento no valor do Bolsa Família (↑ transferências);
- Aumento dos subsídios dos servidores públicos federais (↑ despesas);
- Construção de uma nova sede do Banco Central em Salvador (↑ despesas);
- Redução da alíquota do Imposto de Renda (↑ impostos);
- Isenção de IPI de eletrodomésticos (↑ impostos)

Já no caso da **política fiscal restritiva**, entendemos que ela deve ser adotada em momento de superaquecimento da economia, de forma a aliviar a pressão inflacionária. Sua utilização em momentos de baixa atividade econômica tende a agravar a recessão ou comprometer o crescimento da economia.

São exemplos de política fiscal restritiva:

- Recriação da CPMF (↑ impostos);
- Fechamento de delegacias da Receita Federal (↑ despesas);
- Aumento de idade mínima para aposentadoria (↑ transferências);
- Redução de créditos subsidiados ao agricultor (↑ transferências);
- Criação do Imposto sobre Grandes Fortunas (↑ impostos).

A política monetária, por sua vez, se trata da oferta de moeda na economia. Em resumo, ela consiste em garantir que a quantidade de moeda circulando na economia seja compatível para que a compra e venda de bens e serviços ocorra. O excesso de moeda pode provocar inflação, e a escassez pode desestimular a economia. Os principais instrumentos da política monetária são: taxas de redesconto, taxas de depósitos compulsórios e operações no mercado aberto.

Assim como na política fiscal, a política monetária também pode ser expansionista ou restritiva.

Quando o BACEN oferta moeda, ele está adotando uma política monetária expansionista. Ao diminuir a oferta de moeda, a política monetária é restritiva.

São exemplos de uma política monetária expansionista:

- Compra, pelo Banco Central, de títulos públicos no mercado aberto;
- Redução da taxa de redesconto;
- Aumento dos redescontos (notou a diferença em relação ao item acima?);
- Emissão de moeda;
- Diminuição das alíquotas de reservas/depósitos compulsórios;
- Compra, pelo Banco Central, de moeda estrangeira de exportadores brasileiros;
- Aumento da segurança dos bancos por meio de normatização de garantias.

Por outro lado, temos exemplos de políticas monetárias restritivas:

- Venda, pelo Banco Central, de títulos públicos no mercado aberto;
- Aumento da taxa de redesconto;
- Redução dos redescontos;
- Aumento das alíquotas de reservas/depósitos compulsórios;
- Venda, pelo Banco Central, de moeda estrangeira aos importadores brasileiros;
- Aumento das exigências a serem cumpridas pelos bancos, como direcionamento do crédito.

6. EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DO SETOR PÚBLICO NA ATIVIDADE ECONÔMICA

As mais diversas correntes doutrinárias, no campo da economia, têm procurado explicar as causas que determinam o crescimento das despesas públicas e, assim, o próprio aumento da participação do Estado na economia.

De acordo com Giacomoni (2021, p. 15), no Brasil, o crescimento acelerado das despesas públicas teve início especialmente a partir do término da Segunda Guerra Mundial. As despesas governamentais apenas dobraram entre 1907 e 1943 e, considerando que nesse mesmo período a população cresceu em 100%, em termos per capita não houve acréscimo nos gastos públicos.

Na segunda metade do século XX, as despesas governamentais, excluídas as empresas estatais, cresceram oito vezes em termos reais. Em relação ao PIB, os gastos totais corresponderam a 19% em 1950, a 22% em 1967 e a 26% em 1970. Após proporções maiores na década de 1980, as despesas caem para 32% em 1990 e para 26% em 1994.

A partir da década de 1970, ocorre uma redução sofrida pela carga tributária (bruta e líquida): os percentuais da carga bruta em relação ao PIB corresponderam a 24% (1970), 23,9% (1975) e 21,9% (1980), e da carga líquida a 15%, 14,9% e 12,8% naqueles mesmos anos.

Giacomoni (2021) afirma que tal situação traduziria a tendência à diminuição de tamanho do setor público tradicional, isto é, daquele fornecedor de serviços e bens públicos clássicos: segurança, justiça, educação, saúde etc. Contudo, o autor destaca que, paralelamente, teria crescido o outro lado do setor público: o Estado-empresário.

No decorrer da década de 1980 e nos primeiros anos da década seguinte, a carga tributária global no Brasil girou em torno de 24% a 26% do PIB, com exceção dos anos de 1987 e 1988, em que esse percentual foi um pouco menor, e de 1990, quando as medidas do Plano Collor aumentaram a carga para 28,8%.

Após várias tentativas de enfrentamento do processo inflacionário crônico, em meados da década de 1990, o Plano Real finalmente conseguiu estabilizar os preços. A estabilidade trouxe a extinção do imposto inflacionário, importante mecanismo de financiamento das despesas públicas. O reconhecimento de dívidas e de outros passivos provocou o crescimento expressivo da dívida pública nos anos seguintes.

Várias crises internacionais atingiram fortemente o país, que foi forçado a aumentar a taxa básica de juros, resultando em aumento do endividamento. Ainda que expressivos, os superávits primários praticados nos últimos anos não foram suficientes para atender aos encargos de refinanciamento da dívida.

Os déficits nominais sistemáticos, o grande volume de vinculações de receita e de despesas obrigatórias – especialmente, pessoal, previdência e transferências legais a Estados e Municípios – determinaram o acentuado crescimento da carga tributária durante a primeira década do novo século.

6.1. RAZÕES DOS CRESCIMENTOS DAS DESPESAS PÚBLICAS

Antes de mais nada, vamos entender o chamado **efeito translação**. Em situações de excepcional gravidade, como no caso de guerras, o equilíbrio é rompido, pois os indivíduos, reconhecendo a importância da ação pública, nesse momento, não opõem maior resistência ao aumento da carga tributária; posteriormente, ao cessar a anormalidade, continuam aceitando os novos níveis tributários. **Essa situação é o chamado efeito translação.**

O efeito de translação pode ser consequência, também, das fortes depressões econômicas e dos surtos inflacionários agudos. Os surtos inflacionários estão bastante próximos da experiência brasileira. Na história brasileira recente, Rezende da Silva, citado por Giacomoni (2021, p. 21) chama a atenção para os períodos 1947/1950, 1955/1960 e 1965/1969, oportunidades em que teria ocorrido o efeito translação.

No primeiro período citado, o crescimento da despesa pública foi reflexo da participação do país na Segunda Guerra Mundial. No período 1955/1960, o programa desenvolvimentista foi só parcialmente financiado pelo aumento da carga tributária, ficando a cobertura do déficit do setor público por conta de fórmulas inflacionárias,

O período 1965/1969 foi marcado por políticas econômicas que visaram, simultaneamente, ao combate à inflação e ao crescimento econômico. Como consequência, o mecanismo de financiamento das despesas públicas sofreu substancial alteração a partir do forte aumento da carga tributária e da progressiva diminuição do déficit do governo.

Entre 1963 e 1969, a carga tributária passou de 18% para 27,9% do PIB, enquanto o déficit diminuiu de 4,2% para 0,6%. Os recursos totais disponíveis do setor público elevaram-se no período – de 22,2% para 27,7% do PIB –, mas em proporção menor que o crescimento da receita tributária. O efeito translação no período 1965/1969 fica evidenciado, portanto, a partir da análise das alterações na estrutura de financiamento do gasto público e não apenas na relação encontrada entre este último e o PIB.

Musgrave & Musgrave lista explicações para o crescimento das funções do Estado, e em consequência, da sua maior participação na Economia:

- **O crescimento da renda *per capita* e o aumento da demanda por bens e serviços públicos:** o crescimento da renda *per capita* geraria aumento da demanda de bens públicos de consumo – a relação não seria bastante clara, apesar da existência de alguns exemplos, tais como reivindicações por programas culturais, de lazer, educação superior, medicina sofisticada etc. No caso de bens de capital, haveria nitidamente relação entre maiores níveis de renda *per capita* e a maior ação estatal no setor de investimentos.
- **Mudanças tecnológicas:** alguns saltos tecnológicos são geradores de grande aumento dos gastos públicos. A invenção do motor de combustão interna, por exemplo, significou total revolução nos métodos de viagens e, conseqüentemente, nas rodovias, infraestrutura

tura quase sempre de competência do Estado. Os autores citam, também, os gastos militares e o programa espacial como exemplos marcantes do efeito que o avanço tecnológico tem sobre a participação da despesa pública na economia.

- **Mudanças populacionais:** alterações na taxa de crescimento populacional refletem-se no gasto público: se a taxa é alta, o Estado aumentará suas despesas com educação; mas se o crescimento tende a estabilizar e a declinar, haverá necessidade de maiores gastos com as pessoas situadas na terceira idade. Se as mudanças da população se derem no plano espacial, crescerão os encargos com serviços municipais, e mesmo de infraestrutura no caso de novas cidades.
- **Os custos relativos dos serviços públicos:** aqui a atenção pode ser chamada para a grande sensibilidade que os custos públicos têm relativamente à inflação. Além disso, boa parte das atividades estatais é do tipo “trabalho intensivo” – educação, por exemplo –, característica que as torna pouco suscetíveis ao emprego de técnicas de racionalização e de novas tecnologias que visam à diminuição de custos.
- **Mudanças no alcance das transferências:** o grande crescimento dos encargos com transferências sociais pode ser explicado pela progressiva mudança sofrida pelo princípio da contribuição previdenciária. Em função de transformações sociais e políticas, as transferências passaram a se constituir em mecanismos de redistribuição de renda. A argumentação dos autores, pode ser transferida para o caso brasileiro, tendo em vista as atuais dificuldades financeiras da previdência social. Ao longo do tempo, os benefícios foram sendo ampliados – atendimento médico-hospitalar sem limites, diminuição do tempo de serviço e de contribuição para certas categorias, incorporação às aposentadorias de vantagens concedidas aos empregados em atividade etc. – sem o correspondente aumento nas fontes de financiamento.
- **Disponibilidades de alternativas para a tributação:** a hipótese aqui se relaciona mais de perto com a experiência dos países desenvolvidos, onde a economia tem maior vitalidade e suporta melhor os efeitos da tributação sobre a renda, lucros e vendas. Além disso, o próprio setor empresarial, por uma necessidade de organização, é menos propenso à sonegação, enquanto a máquina tributária do Estado é grandemente eficiente em sua ação fiscalizadora.
- **Efeito limite e finanças de guerra:** são nos momentos de guerra que há um gasto muito grande por parte do Estado.
- **Fatores políticos e sociais:** as grandes mudanças havidas na filosofia social geraram novas composições no equilíbrio das forças políticas. Novos grupos sociais, especialmente ao longo deste século, passaram a ter representatividade e força política, gerando novas demandas por empreendimentos públicos.

Aqui podemos falar, ainda, sobre o efeito que o aumento das despesas públicas sobre a economia de um país. O economista alemão Adolph Wagner apontou que o crescimento do nível da renda em países industrializados é acompanhado pelo aumento das despesas do setor público e a taxas mais elevadas. Dessa forma, a participação relativa do governo na economia cresce com o próprio aumento do ritmo de crescimento do país. E a consequência desse efeito, na prática, é a necessidade de aumento da arrecadação fiscal. E assim, ao compararmos as despesas com as receitas do governo, temos um déficit público.

Em tempos de prosperidade, imaginamos que a arrecadação seja maior do que as despesas, porém a **Lei de Wagner** postula em outro sentido nos dizendo que prosperidade leva ao atendimento de mais necessidades por parte do governo e isso pode ocorrer de forma desmedida.

O déficit não é um efeito desejado já que tende a levar o país para uma situação de deterioração fiscal já que as contas públicas ficam prejudicadas. Há uma tendência ao aumento da tributação, à elevação da taxa de juros, ao aumento da incerteza em geral da economia, ao aumento do endividamento público e assim por diante.

Mas, afinal, como calcular a **necessidade de financiamento do governo**? O déficit do governo pode ser calculado conforme a fórmula a seguir:

$$NFG = CG + JG + IG - T$$

NFG = déficit ou necessidade de financiamento do governo

CG = consumo do governo

JG = investimento do governo

IG = receita tributária do governo

T = receita tributária do governo, sendo que estão excluídos os subsídios e transferências.

Assim:

- Quando $CG + JG + IG > T$, então temos um déficit.
- Quando $CG + JG + IG < T$, então temos um superávit.
- O equilíbrio ocorre quando $CG + JG + IG = T$.

Para que o governo precisa arrecadar mais ou gastar menos para se manter equilibrado. Quando o governo opta por reduzir os gastos com despesa corrente, há um resultado que é um pouco impopular: deterioração da prestação dos serviços públicos. Por outro lado, uma redução nos investimentos pode levar a uma redução ou estagnação da economia ou de setores estratégicos.

Bom, para finalizar, podemos citar um trecho que indica boas práticas para se atingir a disciplina fiscal.

1. regras ou leis de orçamento equilibrado que estabeleçam restrições ex ante, como tetos de endividamento e limites para gastos com pessoal que sejam consistentes com uma meta geral para a economia do país, e contabilização ex-post, de modo que seja exigido o equilíbrio orçamentário ao final do exercício;
2. regras de procedimento hierárquicas, ou seja, que atribuam maiores prerrogativas ao governo em relação ao legislativo na fase de aprovação do orçamento. No caso de negociações do orçamento dentro do próprio governo, estão relacionadas à atribuição de maiores prerrogativas ao ministro da Fazenda. São o oposto de regras colegiadas, mais democráticas, pois atribuem maiores prerrogativas aos ministros setoriais, ao legislativo e conferem maiores direitos a minorias de oposição no legislativo;
3. transparência nos procedimentos, com relatórios inteligíveis e de fácil acesso ao cidadão comum. A não exigência de transparência abre espaço para o surgimento de artimanhas contábeis que produzam relatórios não condizentes com a realidade. (ALESINA ET ALLI apud MENEZES, 2006, p.760)

Vamos ver como esse assunto cai nas provas de concurso! Vamos lá!!



DIRETO DO CONCURSO

002. (IBFC/CM ARARAQUARA/AGENTE DE CONTROLE INTERNO/2016) Nos Estados modernos, a política de gastos, ou política fiscal do governo, tem três principais funções: distributiva, estabilizadora e alocativa. Assinale a alternativa que apresenta a ordem correta, de cima para baixo, dessas funções financeiras.

() Diz respeito ao fornecimento de bens públicos, que são aqueles cuja utilização por um indivíduo não implica a indisponibilidade para os outros indivíduos. Como o mercado não tem mecanismos de fornecimento e financiamento desses bens, o governo deve oferecê-los à sociedade.

() É a mais complexa das três. Ocupando uma posição de destaque na determinação da política fiscal e dos pagamentos de transferências. Tem como objetivo distribuir a renda, e a riqueza à população de modo mais equilibrado, minimizando diferenças que o sistema de mercado provoca em sua distribuição.

() Proposta pela teoria Keynesiana, tem por objetivo alcançar um elevado nível de emprego, uma razoável estabilidade no nível de preços, o equilíbrio na balança de pagamentos e uma aceitável taxa de crescimento econômico. Essa função regula a sintonia entre a oferta e a demanda agregada da economia.

a) Função Alocativa- Função Distributiva- Função Estabilizadora.

b) Função Estabilizadora - Função Alocativa- Função Distributiva

c) Função Distributiva- Função Estabilizadora - Função Alocativa.

d) Função Alocativa- Função Estabilizadora - Função Distributiva



Vamos comentar cada uma das assertivas. Vamos lá!

() Diz respeito ao fornecimento de bens públicos, que são aqueles cuja utilização por um indivíduo não implica a indisponibilidade para os outros indivíduos. Como o mercado não tem mecanismos de fornecimento e financiamento desses bens, o governo deve oferecê-los à sociedade. Como o item abordou sobre o fornecimento de bens públicos, então temos a função alocativa.

() É a mais complexa das três. Ocupando uma posição de destaque na determinação da política fiscal e dos pagamentos de transferências. Tem como objetivo distribuir a renda, e a riqueza à população de modo mais equilibrado, minimizando diferenças que o sistema de mercado provoca em sua distribuição.

Aqui fala em distribuição de renda por meio da política fiscal e, assim, possui relação com a função distributiva.

() Proposta pela teoria Keynesiana, tem por objetivo alcançar um elevado nível de emprego, uma razoável estabilidade no nível de preços, o equilíbrio na balança de pagamentos e uma aceitável taxa de crescimento econômico. Essa função regula a sintonia entre a oferta e a demanda agregada da economia.

Como sabemos que são três as funções, então aqui só poderia ser a função estabilizadora.

Letra a.

São esses os principais aspectos sobre **Economia do Setor Público**. Leia, releia essas informações e vamos juntos à vitória. 🙌

Se você gostou do material ou tem críticas, dá um feedback, bem como poste suas dúvidas lá no fórum. Estou esperando você lá no Fórum! Estudaaaaa!!!! 📖

RESUMO

Nessa aula, apresentamos os principais pontos sobre a Economia do Setor Público. Seguem alguns pontos principais para reforçar o seu aprendizado do conteúdo da aula de hoje.

A Economia do Setor Público estuda o pagamento e custeio das atividades públicas além da administração e desempenho de suas atividades. Essa área tem como essência a abor-dagem dos recursos públicos, sua arrecadação e aplicação, tendo como objetivo atender às necessidades da sociedade.

Ao longo da história da economia brasileira, o Estado assumiu diferentes papéis. Frequentemente, o Estado assumia vários papéis simultaneamente. Especialmente durante os anos 60 e 70, houve três papéis principais que se destacaram, mas que permanecem até hoje: estado produtor, estado regulador e estado financiador.

Atualmente, o Estado brasileiro está presente nas três formas na economia do Brasil. Há elementos para identificarmos os três papéis como presentes na realidade brasileira. Contudo, alguns autores afirmam que o Brasil possui uma tendência de ampliar o papel de Estado regulador e diminuir os outros dois.

Sendo assim, sempre que um mercado não for eficiente no sentido de Pareto é porque estamos diante de uma falha de mercado que impede a eficiência de ser atingida.

A função alocativa do governo visa melhorar a eficiência econômica dos mercados. Assim, sempre que o governo quiser atacar as falhas de mercado, ele está agindo em sua função alocativa, pois está promovendo ajustamentos na alocação dos recursos da sociedade, melhorando a eficiência.

A função distributiva se preocupa com a melhor forma de distribuir os bens e serviços produzidos para a sociedade, de forma a evitar que poucas pessoas tenham acesso gigantesco aos bens e serviços produzidos enquanto outras pessoas não tenham acesso a nenhum.

A função estabilizadora está relacionada com a falha de mercado que nos mostra a ocorrência de desemprego e de inflação. Como os mercados não conseguem, sozinhos, resolver a questão do desemprego e da inflação, então o governo pode intervir na Economia para aumentar o grau de emprego dos recursos de forma a chegar ao pleno emprego e controlar a inflação, assegurando a estabilidade da moeda.

São exemplos de uma política fiscal expansionista:

- Aumento no valor do Bolsa Família (↑ transferências);
- Aumento dos subsídios dos servidores públicos federais (↑ despesas);
- Construção de uma nova sede do Banco Central em Salvador (↑ despesas);
- Redução da alíquota do Imposto de Renda (↑ impostos);
- Isenção de IPI de eletrodomésticos (↑ impostos)

São exemplos de política fiscal restritiva:

- Recriação da CPMF (↑ impostos);
- Fechamento de delegacias da Receita Federal (↑ despesas);
- Aumento de idade mínima para aposentadoria (↑ transferências);
- Redução de créditos subsidiados ao agricultor (↑ transferências);
- Criação do Imposto sobre Grandes Fortunas (↑ impostos).

São exemplos de uma política monetária expansionista:

- Compra, pelo Banco Central, de títulos públicos no mercado aberto;
- Redução da taxa de redesconto;
- Aumento dos redescontos (notou a diferença em relação ao item acima?);
- Emissão de moeda;
- Diminuição das alíquotas de reservas/depósitos compulsórios;
- Compra, pelo Banco Central, de moeda estrangeira de exportadores brasileiros;
- Aumento da segurança dos bancos por meio de normatização de garantias.

Por outro lado, temos exemplos de políticas monetárias restritivas:

- Venda, pelo Banco Central, de títulos públicos no mercado aberto;
- Aumento da taxa de redesconto;
- Redução dos redescontos;
- Aumento das alíquotas de reservas/depósitos compulsórios;
- Venda, pelo Banco Central, de moeda estrangeira aos importadores brasileiros;
- Aumento das exigências a serem cumpridas pelos bancos, como direcionamento do crédito.

Após várias tentativas de enfrentamento do processo inflacionário crônico, em meados da década de 1990, o Plano Real finalmente conseguiu estabilizar os preços. A estabilidade trouxe a extinção do imposto inflacionário, importante mecanismo de financiamento das despesas públicas. O reconhecimento de dívidas e de outros passivos provocou o crescimento expressivo da dívida pública nos anos seguintes.

Em situações de excepcional gravidade, como no caso de guerras, o equilíbrio é rompido, pois os indivíduos, reconhecendo a importância da ação pública, nesse momento, não opõem maior resistência ao aumento da carga tributária; posteriormente, ao cessar a anormalidade, continuam aceitando os novos níveis tributários. **Essa situação é o chamado efeito translação.**

O economista alemão Adolph Wagner apontou que o crescimento do nível da renda em países industrializados é acompanhado pelo aumento das despesas do setor público e a taxas mais elevadas. Dessa forma, a participação relativa do governo na economia cresce com o próprio aumento do ritmo de crescimento do país. E a consequência desse efeito, na prática, é a necessidade de aumento da arrecadação fiscal. E assim, ao compararmos as despesas com as receitas do governo, temos um déficit público.

Em tempos de prosperidade, imaginamos que a arrecadação seja maior do que as despesas, porém a Lei de Wagner postula em outro sentido nos dizendo que prosperidade leva ao atendimento de mais necessidades por parte do governo e isso pode ocorrer de forma desmedida.

O déficit do governo pode ser calculado conforme a fórmula a seguir:

$$NFG = CG + JG + IG - T$$

NFG = déficit ou necessidade de financiamento do governo

CG = consumo do governo

JG = investimento do governo

IG = receita tributária do governo

T = receita tributária do governo, sendo que estão excluídos os subsídios e transferências.

Assim, quando $CG + JG + IG > T$, então temos um déficit.

Quando $CG + JG + IG < T$, então temos um superávit.

O equilíbrio ocorre quando $CG + JG + IG = T$!

Bons estudos!!



QUESTÕES DE CONCURSO

001. (FCC/AFAP/ANALISTA DE FOMENTO – CRÉDITO/2019) Uma situação passível de consideração na análise dos tipos de bens é a figura do “carona”. Ele

- a) estimula a produção de bens públicos.
- b) existe quando os bens são exclusivos.
- c) dificulta a oferta eficiente de bens pelos mercados.
- d) não é passível de solução.
- e) é uma característica inerente aos bens privados.

002. (FCC/SABESP/ANALISTA DE GESTÃO – ECONOMIA/2018) No tocante aos bens públicos,

- a) para qualquer nível específico de produção, o custo marginal de sua produção é crescente para um consumidor adicional, uma vez que são bens “não rivais”.
- b) seu nível eficiente de provisão, diferentemente dos bens privados, não se dá quando o custo marginal se iguala ao benefício marginal percebido por todos os usuários que usufruem do bem.
- c) os consumidores podem ser impedidos de seu consumo, porque são
- d) observada a característica de não exclusividade, falhas alocativas podem ocorrer em função dos chamados “consumidores caronas”, isto é, aqueles que não pagam pelo bem, na expectativa de que outros o façam.
- e) estes não podem, sob hipótese alguma, ser ofertados privadamente.

003. (FCC/TCM-GO/AUDITOR CONSELHEIRO SUBSTITUTO/2015) Os bens públicos têm por característica serem

- a) bens rivais e excludentes.
- b) bens rivais e não excludentes.
- c) bens não rivais e excludentes.
- d) apenas bens não excludentes, podendo ser rivais ou não rivais.
- e) bens não rivais e não excludentes.

004. (2013/FCC/SEFAZ SP/AGENTE FISCAL DE RENDAS - GESTÃO TRIBUTÁRIA) Associe o número do conceito na coluna à esquerda aos parênteses na coluna à direita:

1. Mercado de créditos de carbono.
 2. Bens cujo consumo é não excludente e não rival.
 3. Bens cujo consumo é não excludente e rival.
 4. Não desejam pagar por bens não excludentes.
 5. Bens cujo custo marginal de produção é nulo.
- (....) Bens de consumo não rival.
(....) Caronas (free riders).

(....) Licenças negociáveis para poluir.

(....) Bens de propriedade comum.

(....) Bens públicos.

A sequência correta é:

a) 1, 4, 5, 2, 3.

b) 1, 3, 5, 2, 4.

c) 4, 3, 1, 2, 5.

d) 5, 4, 1, 3, 2.

e) 5, 3, 4, 1, 2.

005. (FCC/TCE-SP/AUDITOR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO/2013) São características apresentadas simultaneamente pelos bens públicos:

a) Consumo rival e possibilidade de exclusão no seu consumo de quem não se disponha a pagar pelo bem.

b) Externalidades positivas e consumo rival.

c) Consumo não rival e impossibilidade de exclusão do seu consumo de quem não se disponha a pagar pelo bem.

d) Externalidades negativas e possibilidade de exclusão do seu consumo por quem não se disponha a pagar pelo bem.

e) Utilidade marginal decrescente e externalidades negativas.

006. (VUNESP/PREFEITURA DE SJCA/ANALISTA EM GESTÃO MUNICIPAL/2012) A obtenção, criação, dispêndio e gestão de recursos materiais e serviços com a finalidade de satisfação das necessidades coletivas conceituam o que se entende por

a) macroeconomia.

b) microeconomia.

c) contabilidade aplicada ao setor público.

d) finanças públicas.

e) finanças internacionais.

007. (CEBRASPE-CESPE/TCE-RN/INSPETOR DE CONTROLE EXTERNO/2015) Acerca de finanças públicas e orçamento, julgue o item a seguir.

A atuação do governo nas modernas economias capitalistas deve restringir-se à promoção de ajustamentos na alocação de recursos e na distribuição de renda.

008. (INSTITUTO AOCP/EBSERH/ANALISTA ADMINISTRATIVO – ECONOMIA/2016) “[...] Mas é só por seu próprio proveito que um homem emprega seu capital em apoio da indústria; por tanto, sempre se esforçará em usar na indústria, cujo produto tenda a ser de maior valor ou em trocar pela maior quantidade possível de dinheiro ou outros bens... Nisto está, como em outros

muitos casos, guiado por uma mão invisível para atingir um fim que não fazia parte de sua intenção. E também não é o pior para a sociedade que isto seja assim. Ao buscar seu próprio interesse, o homem com frequência favorece o da sociedade melhor que quando realmente deseja o fazer [...]”.

A citação apresentada expressa o funcionamento do capitalismo (e a defesa do livre mercado) na concepção de

- a) Michal Kalecki.
- b) Karl Marx.
- c) John Stuart Mill.
- d) Adam Smith.
- e) John Maynard Keynes.

009. (VUNESP/PREFEITURA DE SJCECONOMISTA/2018) São três as funções básicas do governo, sendo que uma delas envolve transferências e subsídios. Trata-se da função

- a) estabilizadora.
- b) judiciária.
- c) distributiva.
- d) alocativa.
- e) reguladora.

010. (CEBRASPE-CESPE/FUNPRESP/ANALISTA DE INVESTIMENTOS/2016) Acerca das políticas fiscal e monetária, julgue o item a seguir.

Ao aumentar o recolhimento compulsório dos bancos comerciais, o Banco Central emprega um instrumento da política monetária expansionista.

011. (CEBRASPE-CESPE/MINISTÉRIO DA JUSTIÇA/ECONOMISTA/2013) Com relação aos mecanismos públicos de atuação econômica, julgue o item que se segue.

O governo pode se utilizar de receitas ou despesas públicas para alcançar seus objetivos de política fiscal.

012. (FCC/AFAP/ANALISTA DE FOMENTO – ECONOMISTA/2019) Um objetivo expansionista, tudo mais constante, pode ser alcançado por uma política

- a) fiscal que aumente o gasto do governo.
- b) fiscal que altere alíquotas de tributos, mantendo a arrecadação constante.
- c) monetária que reduza os agregados monetários.
- d) fiscal que reduza o endividamento público.
- e) monetária que aumente a taxa básica de juros da economia.

013. (FCC/AFAP/ANALISTA DE FOMENTO – CRÉDITO/2019) Um objetivo contracionista, tudo mais constante, pode ser alcançado por meio de uma política

- a) monetária, que reduza o recolhimento compulsório.
- b) fiscal, que aumente o gasto do governo.
- c) monetária, que aumente a taxa de redesconto.
- d) fiscal, que reduza os impostos.
- e) creditícia, que facilite os empréstimos

014. (CEBRASPE-CESPE/ANCINE/ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO/2005) A teoria macroeconômica analisa o comportamento dos grandes agregados econômicos. Com base nessa teoria, julgue o item seguinte.

Cortes nos gastos destinados aos programas de inclusão digital, de controle da malária e de manutenção de rodovias federais representam exemplos clássicos de políticas fiscais contracionistas.

015. (CEBRASPE-CESPE/CADE/ECONOMISTA/2014) A taxa de câmbio pode ser expressa pela convenção do certo ou pela convenção do incerto.

Na Inglaterra e nos Estados Unidos, a convenção do certo cota a moeda nacional em termos da moeda estrangeira.

016. (FCC/ASSEMBLEIA LEGISLATIVA MS/ECONOMISTA/2016) O redesconto é um instrumento clássico de política monetária que, se expandido,

- a) pode abrir espaço para os bancos realizarem novas operações de crédito.
- b) reduz as disponibilidades dos bancos.
- c) provoca instantâneo aumento da carteira de crédito do sistema bancário.
- d) não é utilizado em época de crise bancária.
- e) representa um imediato aumento do passivo dos bancos.

017. (FCC/ELETROSUL/ECONOMISTA/2016) Com relação aos instrumentos de política monetária

- a) o aumento do recolhimento compulsório provoca efeito contracionista no crédito.
- b) a aquisição, pelo Banco Central, de títulos de propriedade dos bancos reduz a carteira de crédito do sistema bancário.
- c) o efeito do redesconto é reduzido por não poder ser objeto de limite quantitativo.
- d) a decisão do Banco Central, em um modelo de metas de inflação, por uma redução da taxa básica de juros implica no mesmo efeito de uma elevação do recolhimento compulsório.
- e) ocorre destruição de meios de pagamento quando o Banco Central facilita às famílias seu acesso ao crédito.

018. (FCC/TCE CE/TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO/2015) NÃO se trata de uma falha de mercado

- a) a variação dos preços agrícolas ao longo do ano, devido à presença de períodos de safra e de entressafra.
- b) a poluição de rios das grandes metrópoles.
- c) a existência de monopólios naturais.
- d) quando um morador atrai o mosquito transmissor da dengue, acumulando água parada em sua propriedade privada.
- e) o baixo desenvolvimento de um mercado de capitais, o que impede o financiamento de projetos de longo prazo estratégicos para o crescimento econômico.

019. (FCC/TCE-CE/AUDITOR/2014) É característica dos bens públicos:

- a) Princípio da exclusão do consumo.
- b) Externalidades negativas.
- c) Consumo não rival.
- d) Custo marginal próximo a zero.
- e) Deseconomias de escala em sua produção.

020. (FCC/MPU/ANALISTA/2007) Caracteriza um bem público:

- a) Consumo não rival.
- b) Princípio da exclusão.
- c) Deseconomias de escala na produção.
- d) Preferências não reveladas.
- e) Externalidades negativas.

021. (FCC/SEFAZ SP/AGENTE FISCAL DE RENDAS/2013) Associe o número do conceito na coluna à esquerda aos parênteses na coluna à direita:

- 1 Bens cujo consumo é não excludente e não rival () Bens de consumo não rival
- 2 Bens cujo consumo é não excludente e rival () Caronas (free riders)
- 3 Não desejam pagar por bens não excludentes () Bens de propriedade comum
- 4 Bens cujo custo marginal de produção é nulo () Bens públicos

A sequência correta é:

- a) 3, 4, 1, 2.
- b) 3, 1, 2, 4.
- c) 1, 3, 2, 4.
- d) 4, 2, 3, 1.
- e) 4, 3, 2, 1.

022. (COPS-UEL/LONDRINA/ECONOMISTA/2019) Um dos esquemas de financiamento muito conhecido na teoria das finanças públicas é a tributação de Lindahl.

Sobre esse esquema, assinale a alternativa correta.

- a) O esquema de Lindahl mostra que é necessário levar em consideração o custo marginal da provisão do bem público sem a necessidade de considerar as preferências individuais.
- b) O esquema de Lindahl mostra que as pessoas devem contribuir conforme a sua capacidade de pagamento, ou seja, a renda, sem a necessidade de considerar as preferências dos cidadãos.
- c) O esquema de Lindahl permite o financiamento integral do custo do bem público e assegura o equilíbrio individual.
- d) O esquema de Lindahl tem como objetivo a equidade horizontal.
- e) O resultado do esquema de Lindahl é divergente do obtido pela condição de Samuelson.

023. (ESAF/ANEEL/ANALISTA ADMINISTRATIVO/2004) Assinale a única opção falsa no que diz respeito a bens públicos.

- a) Um bem público puro é aquele em que o custo marginal de oferecê-lo a uma pessoa adicional é rigorosamente zero e é impossível excluir quem quer que seja de receber o bem.
- b) O fornecimento de bens, via orçamento público, frequentemente envolve bens que são de consumo rival.
- c) O modelo de Samuelson procura determinar o nível ótimo de produção dos bens coletivos.
- d) A defesa nacional é exemplo de bem público.
- e) Os governos têm poder de coerção, de obrigar os cidadãos a pagar pelos bens públicos.

024. (ESAF/STN/ANALISTA DE FINANÇAS E CONTROLE/2013/ADAPTADA) Pelo modelo de Tiebout, é possível induzir os agentes econômicos a revelarem suas preferências e disposições a pagar pela quantidade de bens públicos por meio da descentralização fiscal e livre mobilidade de pessoas entre os governos locais.

025. (FCC/AFAP/ECONOMISTA/ANALISTA DE FOMENTO/2019) No campo das finanças públicas, uma das teorias mais conhecidas é a da tragédia dos comuns.

Trata-se de teoria sobre o comportamento social exposta no célebre artigo The Tragedy of the commons, de Garret Hardin, em 1968. Em linhas gerais, a teoria sustenta que o uso descoordenado de recursos de propriedade de todos tende a levá-los ao esgotamento.

(Adaptado de: DE OLIVEIRA, Weder. Curso de Responsabilidade Fiscal. Belo Horizonte: Fórum, 2013. p. 60)

O excerto acima é um exemplo de falha na função econômica do estado conhecida como

- a) “alocativa”, sendo as demais conhecidas como “distributiva” e “estabilizadora”.
- b) “distributiva”, sendo as demais conhecidas como “alocativa” e “estabilizadora”.
- c) “retributiva”, sendo as demais conhecidas como “sancionatória” e “distributiva”.
- d) “fomentadora”, sendo as demais conhecidas como “distributiva” e “estabilizadora”.

e) “sancionatória”, sendo as demais conhecidas como “alocativa” e “estabilizadora”.

026. (CEBRASPE-CESPE/SUFRAMA/ECONOMISTA/2014) Considerando o papel do governo na economia, julgue o item que se segue.

O governo tem como funções a busca da adequada alocação de bens públicos e a promoção de distribuição de renda equitativa, de forma que a estabilidade e o crescimento econômicos são alcançados pela própria dinâmica do sistema de mercado.

027. (FMP/ICMS-MT/AUDITOR DO ESTADO DE MATO GROSSO/2015) Sobre as funções econômicas do setor público, selecione a alternativa que preenche corretamente a frase:

A função..... do governo está relacionada com a intervenção do Estado na economia, para alterar o comportamento dos preços e emprego, pois o pleno emprego e a estabilidade de preços não acontecem de maneira automática.

- a) estabilizadora.
- b) alocativa.
- c) distributiva.
- d) de crescimento econômico.
- e) fiscalizadora.

028. (VUNESP/TJ PA/ANALISTA JUDICIÁRIO – ECONOMIA/2014) A função do governo associada ao fornecimento de bens e serviços não oferecidos adequadamente pelo sistema de mercado é denominada

- a) produtiva.
- b) alocativa.
- c) distributiva.
- d) estabilizadora.
- e) arrecadadora.

029. (FCC/AFAP/ANALISTA DE FOMENTO/2019) Um exemplo de materialização da função estabilizadora do governo é dada

- a) pelo provimento de bens meritórios.
- b) pela redistribuição de renda por meio da política fiscal.
- c) pela condução da política monetária.
- d) pela produção de bens públicos.
- e) pela fixação de impostos progressivos.

030. (VUNESP/FUNDAÇÃO CASA/ANALISTA ADMINISTRATIVO/2013) Políticas econômicas consistem em um conjunto de medidas tomadas pelo governo de um país com o objetivo de atuar e influir sobre os mecanismos de produção, distribuição e consumo de bens e servi-

ços. De uma maneira geral, pode-se classificar as políticas econômicas em três tipos, segundo os objetivos governamentais: estruturais, de estabilização conjuntural e de expansão.

Nesse contexto, o governo tem várias funções; dentre elas, pode-se destacar aquela em que é realizada por meio das transferências, dos impostos e dos subsídios governamentais, de determinadas classes sociais ou regiões para outras de menor renda. Essa função é denominada

- a) distributiva.
- b) alocativa.
- c) estabilizadora.
- d) equalizadora.
- e) logística.

031. (VUNESP/SP-URBANISMO/ANALISTA - FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA/2014) A aplicação das diversas políticas econômicas a fim de promover o emprego, o desenvolvimento e a estabilidade, diante da incapacidade do mercado em assegurar o atingimento de tais objetivos, é a função do governo denominada

- a) social.
- b) estabilizadora.
- c) alocativa.
- d) distributiva.
- e) progressiva.

032. (CEBRASPE-CESPE/CAGE-RS/AUDITOR DO ESTADO/2018) A função alocativa, uma das funções básicas do governo, visa

- a) ofertar bens e serviços públicos que não seriam oferecidos pelo mercado privado ou que seriam ofertados em condições ineficientes.
- b) combater choques monetários, com o ajuste no nível geral de preços, estabilização da moeda, alteração do câmbio e modificação da taxa de juros.
- c) interferir no ambiente econômico e elevar o nível de emprego e bem-estar da população por meio do emprego de instrumentos de política fiscal.
- d) gerar condições para a oferta de bens privados no mercado pelos produtores, corrigindo imperfeições no sistema de mercado e, também, criando externalidades negativas.
- e) distribuir a riqueza na sociedade de modo a torná-la menos desigual, com o emprego de mecanismos como tributos, transferências financeiras governamentais, subsídios e incentivos fiscais.

033. (VUNESP/PREF SP/ANALISTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO GOVERNAMENTAL/2015) São exemplos de política alocativa, estabilizadora e distribuidora do Estado, respectivamente,

- a) o Plano de Metas, o Plano Cruzado e o Plano Verão.

- b) o Plano de Metas, o Plano Real e o Programa Bolsa Família.
- c) a criação do Banco Central, o Programa de Aceleração do Crescimento e o Programa Bolsa Família.
- d) o Plano Collor, o Plano Real e o Programa Bolsa Escola.
- e) o Plano de Metas, o II Plano Nacional de Desenvolvimento e o Plano Real.

034. (IBFC/SEPLAG SE/ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO GOVERNAMENTAL/2018) A ação do governo através da política fiscal abrange as três funções básicas das finanças públicas: a função alocativa, a função distributiva e a função estabilizadora. A educação e a saúde, quando bem distribuídas e ofertadas de forma igualitária, tendem a garantir o mínimo social na medida em que garantem que todos tenham um padrão mínimo de bem-estar, na medida em que visam reduzir a sensação de exclusão da sociedade causada por diferenças da renda, e na medida em que visam eliminar as vantagens desproporcionais na educação. Diante dessa análise, responda a alternativa correta:

- a) a função distributiva se propõe a promover o ajustamento na distribuição da renda mas sem se preocupar com a garantia de oferta de bens e serviços para a população menos assistida ou em situação de pobreza
- b) a função alocativa, diferente do que parece indicar o nome a ela atribuído, não busca promover ajustamentos na alocação de recursos
- c) a função estabilizadora não busca promover a manutenção da estabilidade econômica, vez que não há como se falar em estabilidade na economia. A função estabilizadora, por essa razão, não se relaciona com o uso da política orçamentária com o objetivo de manter o pleno emprego
- d) a função distributiva refere-se à organização da distribuição da renda, resultante dos fatores de produção — capital, trabalho e terra — e da venda dos serviços desses fatores no mercado. Ela pode ser feita por meio do mecanismo das transferências, dos impostos progressivos e dos subsídios para assegurar conformidade com o que a sociedade considera uma situação justa de distribuição.

035. (CEBRASPE-CESPE/EBSERH/ECONOMIA/2018) A falta de informações sobre o histórico de crédito afeta especialmente os mais frágeis, já que os ricos têm bens para oferecer como garantia. Para lidar com esse problema, tramita no Congresso Nacional um projeto de lei que corrigirá a fragilidade da ausência de informação sobre o histórico de crédito: o aperfeiçoamento do Cadastro Positivo.

Nesse cadastro, computa-se a nota de crédito do cidadão. Quanto mais responsável ele for ao pagar as suas contas, melhor será a sua nota, que estará disponível para todo o mercado.

Reduzem-se, assim, o risco de emprestar e, com ele, as taxas de juros dos tomadores.

Cadastro Positivo e a democratização do crédito J M Pinho de Melo, M Mendes e M e F Kanczuk
In: Folha de S.Paulo, 12/2/2018 (com adaptações)

Tendo o texto anterior como referência inicial, julgue o item a seguir, acerca das funções do Estado na economia.

O Estado brasileiro atua no âmbito de sua função distributiva, produzindo diretamente bem público, quando, por meio de políticas de crédito direcionado, estabelece o montante mínimo de recursos que deve ser emprestado pelas instituições financeiras para determinados segmentos econômicos.

036. (IADES/IGEPREV-PA/ANALISTA DE INVESTIMENTOS/2018) A teoria econômica identifica três funções principais para o governo: a função alocativa, a distributiva e a estabilizadora. Com base nessa informação e considerando o papel das políticas monetária e fiscal, assinale a alternativa correta.

- a) O Banco Central é o órgão responsável pela implantação das políticas monetária e fiscal do governo.
- b) Por meio da política monetária, o governo promove a distribuição de renda, cumprindo a respectiva função distributiva.
- c) As condições de liquidez da economia são definidas a partir da política fiscal adotada.
- d) O governo cumpre a própria função alocativa quando utiliza a política monetária para garantir crescimento econômico com estabilidade de preços.
- e) A política fiscal é o instrumento utilizado pelo governo para definir o nível de tributação e gastos públicos da economia.

037. (FGV/IBGE/TECNOLOGISTA – ECONOMIA/2016) Associe as funções do Estado a suas respectivas características:

1. Alocativa
2. Estabilizadora
3. Distributiva

- () A arrecadação de um tributo sobre movimentações financeiras pode ser destinada a melhorar os serviços públicos de saúde, utilizados principalmente pelos mais pobres.
- () A escolha pelo voto de um político pode ser entendido como um mecanismo revelador das preferências verdadeiras do eleitorado.
- () O abandono do regime de metas inflacionárias tende a abalar o nível de confiança do consumidor e das empresas.

A associação correta, de cima para baixo, é:

- a) 1, 2 e 3;
- b) 1, 3 e 2;
- c) 2, 1 e 3;
- d) 3, 2 e 1;
- e) 3, 1 e 2.

038. (IBFC/CM ARARAQUARA/AGENTE DE CONTROLE INTERNO/2016) Nos Estados modernos, a política de gastos, ou política fiscal do governo, tem três principais funções: distributiva, estabilizadora e alocativa. Assinale a alternativa que apresenta a ordem correta, de cima para baixo, dessas funções financeiras.

() Diz respeito ao fornecimento de bens públicos, que são aqueles cuja utilização por um indivíduo não implica a indisponibilidade para os outros indivíduos. Como o mercado não tem mecanismos de fornecimento e financiamento desses bens, o governo deve oferecê-los à sociedade.

() É a mais complexa das três. Ocupando uma posição de destaque na determinação da política fiscal e dos pagamentos de transferências. Tem como objetivo distribuir a renda, e a riqueza à população de modo mais equilibrado, minimizando diferenças que o sistema de mercado provoca em sua distribuição.

() Proposta pela teoria Keynesiana, tem por objetivo alcançar um elevado nível de emprego, uma razoável estabilidade no nível de preços, o equilíbrio na balança de pagamentos e uma aceitável taxa de crescimento econômico. Essa função regula a sintonia entre a oferta e a demanda agregada da economia.

a) Função Alocativa- Função Distributiva- Função Estabilizadora.

b) Função Estabilizadora - Função Alocativa- Função Distributiva

c) Função Distributiva- Função Estabilizadora - Função Alocativa.

d) Função Alocativa- Função Estabilizadora - Função Distributiva

039. (CEBRASPE-CESPE/TCE-PA/AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO/2016) Com relação à economia do setor público, julgue o item que se segue.

Entre as funções governamentais estabelecidas por meio da política fiscal inclui-se a função estabilizadora, a qual objetiva alterar o modo de distribuição da renda nacional.

040. (AOC/PREFEITURA DE JUIZ DE FORA/ECONOMISTA/2016) No Brasil, a participação do Estado na economia tem apresentado crescimento desde a década de 1950. Uma implicação desse crescimento é a elevação da despesa total do setor público, bem como a necessidade da ampliação da arrecadação para fazer frente a tais despesas. Além do crescimento apresentado pelo governo, o papel deste modificou-se substancialmente ao longo do tempo. São atribuições econômicas governamentais:

a) manter a estabilidade econômica, promover ajustamento na alocação de recursos e na distribuição de renda.

b) promover ajustamento na alocação de recursos, manter a estabilidade econômica e assegurar a liquidez dos bancos comerciais privados.

c) promover ajustamento na alocação de recursos da propriedade privada.

d) promover ajustamento na alocação de recursos, manter a estabilidade econômica e garantir o livre mercado.

e) manter a estabilidade econômica, promover ajustamento na alocação de recursos e a supervisão do sistema financeiro.

041. (FGV/DPE MT/ECONOMISTA/2015) Segundo muitos analistas, a economia brasileira apresentou um crescimento próximo de 0% em 2014. Aliado a uma taxa de inflação próxima de 6,5%, podemos dizer que a economia se encontra em um cenário de estagflação, mas ainda mantendo uma baixa taxa de desemprego.

Nesse sentido, o governo não tem cumprido totalmente a sua função

- a) alocativa, por meio da política fiscal.
- b) distributiva, por meio da política monetária.
- c) estabilizadora, por meio de uma combinação das políticas monetária e fiscal.
- d) estabilizadora, por meio do melhor provimento de serviços públicos.
- e) alocativa, por meio da elevação das contribuições relativas a seguridade social.

042. (FCC/TCM-RJ/AUDITOR SUBSTITUTO DE CONSELHEIRO/2015) A função desenvolvida pelo Estado com o objetivo de assegurar o ajustamento necessário na apropriação de recursos na economia, visando a correção das imperfeições inerentes à própria lógica de mercado, denomina-se função

- a) normativa.
- b) distributiva.
- c) estabilizadora.
- d) administrativa.
- e) alocativa.

043. (CESPE/2015/MPOG/ECONOMISTA) Acerca das funções do governo na economia, julgue o item que se segue. A função estabilizadora é responsável por manter a estabilidade e o equilíbrio da economia por meio da política fiscal e da monetária.

044. (CEBRASPE-CESPE/TCE-SC/AUDITOR/2016) A obrigatoriedade de divulgação, pelas instituições financeiras, do custo efetivo total dos empréstimos e financiamentos a pretendente de crédito, estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional, constitui forma de intervenção do Estado na economia no âmbito de sua função alocativa.

045. (CEBRASPE-CESPE/FUNPRESF/ANALISTA/2016) Acerca das funções do governo na economia, julgue o item seguinte.

Ao desenvolver os programas Fome Zero, Bolsa Família e Bolsa Escola, o governo brasileiro exerce primordialmente uma função alocativa de recursos.

046. (CEBRASPE-CESPE/COGE GE/AUDITOR DE CONTROLE INTERNO/2019) No que diz respeito a políticas econômicas governamentais, julgue os itens a seguir.

I – Para o exercício da função alocativa, o governo deve ocupar-se exclusivamente da produção de bens e serviços públicos.

II – O governo utiliza transferências, impostos e subsídios como instrumentos para o exercício da função alocativa.

III – A função estabilizadora do governo protege a economia de flutuações bruscas nos níveis de emprego e de inflação, valendo-se das políticas fiscal e monetária.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item II está certo.
- b) Apenas o item III está certo.
- c) Apenas os itens I e II estão certos.
- d) Apenas os itens I e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

047. (CEBRASPE-CESPE/SLU DF/ANALISTA DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS/2019)

Acerca de aspectos relativos à economia do setor público, julgue o item subsequente.

Denomina-se função alocativa a função básica do governo que preconiza a justa distribuição de renda na sociedade.

048. (CEBRASPE-CESPE/SLU DF/ANALISTA DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS/2019)

Acerca de aspectos relativos à economia do setor público, julgue o item subsequente.

As funções típicas de governo, como, por exemplo, a saúde, não podem ser assumidas pelo setor privado.

049. (CESPE/TCE-SC/AUDITOR/2016) A previdência social brasileira cumpre função distri-

butiva no que diz respeito às funções básicas do Estado na economia, razão por que, nesse aspecto, ela é tida como instrumento de política fiscal.

GABARITO

- | | |
|-------|-------|
| 1. c | 37. e |
| 2. d | 38. a |
| 3. e | 39. E |
| 4. d | 40. a |
| 5. c | 41. c |
| 6. d | 42. e |
| 7. E | 43. C |
| 8. d | 44. C |
| 9. c | 45. E |
| 10. E | 46. b |
| 11. C | 47. E |
| 12. a | 48. E |
| 13. c | 49. C |
| 14. C | |
| 15. C | |
| 16. a | |
| 17. a | |
| 18. a | |
| 19. a | |
| 20. a | |
| 21. e | |
| 22. c | |
| 23. b | |
| 24. C | |
| 25. a | |
| 26. E | |
| 27. a | |
| 28. b | |
| 29. c | |
| 30. a | |
| 31. b | |
| 32. a | |
| 33. b | |
| 34. d | |
| 35. E | |
| 36. e | |

GABARITO COMENTADO

001. (FCC/AFAP/ANALISTA DE FOMENTO – CRÉDITO/2019) Uma situação passível de consideração na análise dos tipos de bens é a figura do “carona”. Ele

- a) estimula a produção de bens públicos.
- b) existe quando os bens são exclusivos.
- c) dificulta a oferta eficiente de bens pelos mercados.
- d) não é passível de solução.
- e) é uma característica inerente aos bens privados.



Uma consequência da não exclusividade é o chamado problema do carona ou *free riders* que são os indivíduos que desfrutam dos bens sem contribuir para isso.

Por exemplo: vamos considerar o caso da iluminação pública. Neste tipo de situação, podemos dizer que todas as pessoas de alguma maneira usufruem dessa utilidade. Mas não necessariamente todos pagam por este serviço. Quem não paga, está pegando carona no serviço.

Como fica mais difícil a identificação de quem são os usuários, então a oferta também fica prejudicada. Portanto, a oferta de maneira eficiente dos mercados de iluminação fica dificultada. E assim, temos como gabarito desta questão a letra “c”.

O problema do carona ocorre quando os bens que estamos lidando são não rivais e não exclusivos. E, portanto, isso significa que parte dos bens públicos sofrem dessa consequência, mas não todos. Outro ponto é que essa situação não é justificativa para a oferta de bens públicos. Não é um problema que exige medidas alternativas para que seja solucionado. Então não podemos dizer que seja simples de se resolver. Uma maneira, inclusive, é por meio da aplicação de impostos por parte do governo. No caso da iluminação pública, há uma taxa que fica lá na nossa conta de energia elétrica. Então podemos dizer que há solução, sim. Pode não ser a melhor, mas existe.

Letra c.

002. (FCC/SABESP/ANALISTA DE GESTÃO – ECONOMIA/2018) No tocante aos bens públicos,

- a) para qualquer nível específico de produção, o custo marginal de sua produção é crescente para um consumidor adicional, uma vez que são bens “não rivais”.
- b) seu nível eficiente de provisão, diferentemente dos bens privados, não se dá quando o custo marginal se iguala ao benefício marginal percebido por todos os usuários que usufruem do bem.
- c) os consumidores podem ser impedidos de seu consumo, porque são
- d) observada a característica de não exclusividade, falhas alocativas podem ocorrer em função dos chamados “consumidores caronas”, isto é, aqueles que não pagam pelo bem, na expectativa de que outros o façam.
- e) estes não podem, sob hipótese alguma, ser ofertados privadamente.



Na letra “b”, temos a definição do problema dos caronas: “seu nível eficiente de provisão, diferentemente dos bens privados, não se dá quando o custo marginal se iguala ao benefício marginal percebido por todos os usuários que usufruem do bem”. Isso acontece, pois há pessoas que se beneficiam do bem e não pagam por ele de maneira que o benefício marginal é maior do que o custo marginal.

Letra d.

003. (FCC/TCM-GO/AUDITOR CONSELHEIRO SUBSTITUTO/2015) Os bens públicos têm por característica serem

- a) bens rivais e excludentes.
- b) bens rivais e não excludentes.
- c) bens não rivais e excludentes.
- d) apenas bens não excludentes, podendo ser rivais ou não rivais.
- e) bens não rivais e não excludentes.



Os bens públicos puros são não rivais e não excludentes. Portanto, o nosso gabarito é a letra “e”.

Letra e.

004. (2013/FCC/SEFAZ SP/AGENTE FISCAL DE RENDAS - GESTÃO TRIBUTÁRIA) Associe o número do conceito na coluna à esquerda aos parênteses na coluna à direita:

1. Mercado de créditos de carbono.
2. Bens cujo consumo é não excludente e não rival.
3. Bens cujo consumo é não excludente e rival.
4. Não desejam pagar por bens não excludentes.
5. Bens cujo custo marginal de produção é nulo.

(....) Bens de consumo não rival.

(....) Caronas (free riders).

(....) Licenças negociáveis para poluir.

(....) Bens de propriedade comum.

(....) Bens públicos.

A sequência correta é:

- a) 1, 4, 5, 2, 3.
- b) 1, 3, 5, 2, 4.
- c) 4, 3, 1, 2, 5.
- d) 5, 4, 1, 3, 2.
- e) 5, 3, 4, 1, 2.



Essa é uma boa questão para resumir os conceitos que estão sendo solicitados na questão. Os mercados de créditos de carbono são licenças negociáveis para poluir: os países ou empresas que desejam produzir bens que geram poluição, pagam para compensar as externalidades negativas geradas no processo. É uma forma de compensar a emissão de poluentes e, também, de alguma maneira desestimular a emissão desses poluentes.

Os Bens cujo consumo é não excludente e não rival são os bens públicos.

Os Bens cujo consumo é não excludente e rival são os bens comuns como é o caso do mar, da fauna e da flora.

A situação em que não desejam pagar por bens não excludentes é o caso do problema do carona.

Os Bens cujo custo marginal de produção é nulo. Nesses casos, temos os bens de consumo não rival. Não há uma restrição para o consumo adicional do bem já que o custo marginal de se ofertar esse bem é zero.

Letra d.

005. (FCC/TCE-SP/AUDITOR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO/2013) São características apresentadas simultaneamente pelos bens públicos:

- a) Consumo rival e possibilidade de exclusão no seu consumo de quem não se disponha a pagar pelo bem.
- b) Externalidades positivas e consumo rival.
- c) Consumo não rival e impossibilidade de exclusão do seu consumo de quem não se disponha a pagar pelo bem.
- d) Externalidades negativas e possibilidade de exclusão do seu consumo por quem não se disponha a pagar pelo bem.
- e) Utilidade marginal decrescente e externalidades negativas.



Os bens públicos são não rivais e não excludentes e, além disso, possui custos marginais decrescentes. Também podemos dizer que as externalidades podem ser positivas ou negativas, então esse fato não os distingue dos demais bens.

Letra c.

006. (VUNESP/PREFEITURA DE SJCA/ANALISTA EM GESTÃO MUNICIPAL/2012) A obtenção, criação, dispêndio e gestão de recursos materiais e serviços com a finalidade de satisfação das necessidades coletivas conceituam o que se entende por

- a) macroeconomia.
- b) microeconomia.

- c) contabilidade aplicada ao setor público.
- d) finanças públicas.
- e) finanças internacionais.



A definição apresentada é de Finanças Públicas.

Letra d.

007. (CEBRASPE-CESPE/TCE-RN/INSPETOR DE CONTROLE EXTERNO/2015) Acerca de finanças públicas e orçamento, julgue o item a seguir.

A atuação do governo nas modernas economias capitalistas deve restringir-se à promoção de ajustamentos na alocação de recursos e na distribuição de renda.



Como o item falou em “restringir” enquanto, na realidade, a atuação do governo é maior do que isso. Então o item está errado, pois o governo possui as funções alocativa, distributiva e estabilizadora.

Errado.

008. (INSTITUTO AOCPE/EBSERH/ANALISTA ADMINISTRATIVO – ECONOMIA/2016) “[...] Mas é só por seu próprio proveito que um homem emprega seu capital em apoio da indústria; por tanto, sempre se esforçará em usar na indústria, cujo produto tenda a ser de maior valor ou em trocar pela maior quantidade possível de dinheiro ou outros bens... Nisto está, como em outros muitos casos, guiado por uma mão invisível para atingir um fim que não fazia parte de sua intenção. E também não é o pior para a sociedade que isto seja assim. Ao buscar seu próprio interesse, o homem com frequência favorece o da sociedade melhor que quando realmente deseja o fazer [...]”.

A citação apresentada expressa o funcionamento do capitalismo (e a defesa do livre mercado) na concepção de

- a) Michal Kalecki.
- b) Karl Marx.
- c) John Stuart Mill.
- d) Adam Smith.
- e) John Maynard Keynes.



Essa é uma questão mais genérica, mas não custa estudar. Como a questão falou em mão invisível, então precisamos lembrar de Adam Smith que é o principal nome da corrente clássica.

Letra d.

009. (VUNESP/PREFEITURA DE SJCECONOMISTA/2018) São três as funções básicas do governo, sendo que uma delas envolve transferências e subsídios. Trata-se da função

- a) estabilizadora.
- b) judiciária.
- c) distributiva.
- d) alocativa.
- e) reguladora.



Como a questão fala de transferências e subsídios que são os instrumentos utilizados pelo governo para redistribuir a renda, então estamos diante da função distributiva.

Letra c.

010. (CEBRASPE-CESPE/FUNPRESP/ANALISTA DE INVESTIMENTOS/2016) Acerca das políticas fiscal e monetária, julgue o item a seguir.

Ao aumentar o recolhimento compulsório dos bancos comerciais, o Banco Central emprega um instrumento da política monetária expansionista.



Item errado! Quando há a elevação do compulsório, os bancos devem depositar um valor maior de forma que sobra menos para ser emprestado. Uma das consequências é a redução do efeito do multiplicador monetário.

Errado.

011. (CEBRASPE-CESPE/MINISTÉRIO DA JUSTIÇA/ECONOMISTA/2013) Com relação aos mecanismos públicos de atuação econômica, julgue o item que se segue.

O governo pode se utilizar de receitas ou despesas públicas para alcançar seus objetivos de política fiscal.



Perfeito! A política fiscal consiste no uso de receitas e despesas públicas para atingir os objetivos econômicos.

Certo.

012. (FCC/AFAP/ANALISTA DE FOMENTO – ECONOMISTA/2019) Um objetivo expansionista, tudo mais constante, pode ser alcançado por uma política

- a) fiscal que aumente o gasto do governo.
- b) fiscal que altere alíquotas de tributos, mantendo a arrecadação constante.
- c) monetária que reduza os agregados monetários.
- d) fiscal que reduza o endividamento público.
- e) monetária que aumente a taxa básica de juros da economia.



O nosso gabarito é logo a letra “a”! Quando o governo aumenta os seus gastos, então temos uma política fiscal expansionista.

Letra a.

013. (FCC/AFAP/ANALISTA DE FOMENTO – CRÉDITO/2019) Um objetivo contracionista, tudo mais constante, pode ser alcançado por meio de uma política

- a) monetária, que reduza o recolhimento compulsório.
- b) fiscal, que aumente o gasto do governo.
- c) monetária, que aumente a taxa de redesconto.
- d) fiscal, que reduza os impostos.
- e) creditícia, que facilite os empréstimos



Queremos encontrar nas alternativas uma opção que traga uma política contracionista e isso está na letra “c”, pois, ao aumentar a taxa de desconto, os bancos terão um “gasto” maior e poderão emprestar menos recursos.

Letra c.

014. (CEBRASPE-CESPE/ANCINE/ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO/2005) A teoria macroeconômica analisa o comportamento dos grandes agregados econômicos. Com base nessa teoria, julgue o item seguinte.

Cortes nos gastos destinados aos programas de inclusão digital, de controle da malária e de manutenção de rodovias federais representam exemplos clássicos de políticas fiscais contracionistas.



Como estamos falando de cortes nos gastos, então temos políticas fiscais contracionistas.

Certo.

015. (CEBRASPE-CESPE/CADE/ECONOMISTA/2014) A taxa de câmbio pode ser expressa pela convenção do certo ou pela convenção do incerto.

Na Inglaterra e nos Estados Unidos, a convenção do certo cota a moeda nacional em termos da moeda estrangeira.



É isso mesmo! A convenção do certo cota a moeda nacional em termos da moeda estrangeira.

Certo.

- 016.** (FCC/ASSEMBLEIA LEGISLATIVA MS/ECONOMISTA/2016) O redesconto é um instrumento clássico de política monetária que, se expandido,
- a) pode abrir espaço para os bancos realizarem novas operações de crédito.
 - b) reduz as disponibilidades dos bancos.
 - c) provoca instantâneo aumento da carteira de crédito do sistema bancário.
 - d) não é utilizado em época de crise bancária.
 - e) representa um imediato aumento do passivo dos bancos.



Como a questão fala em redesconto, então precisamos descobrir se é uma política expansionista ou restritiva. E como, no enunciado, fala em expansão do redesconto, então vamos procurar uma alternativa que diga as consequências uma política nesse sentido.

Como o redesconto funciona como uma linha de crédito que os bancos possuem com o Banco Central então podemos concluir que é uma política que abre espaço para os bancos realizarem novas operações de crédito que é o que temos na letra "a".

Letra a.

- 017.** (FCC/ELETROSUL/ECONOMISTA/2016) Com relação aos instrumentos de política monetária
- a) o aumento do recolhimento compulsório provoca efeito contracionista no crédito.
 - b) a aquisição, pelo Banco Central, de títulos de propriedade dos bancos reduz a carteira de crédito do sistema bancário.
 - c) o efeito do redesconto é reduzido por não poder ser objeto de limite quantitativo.
 - d) a decisão do Banco Central, em um modelo de metas de inflação, por uma redução da taxa básica de juros implica no mesmo efeito de uma elevação do recolhimento compulsório.
 - e) ocorre destruição de meios de pagamento quando o Banco Central facilita às famílias seu acesso ao crédito.



A questão quer saber sobre os efeitos de uma política monetária. Então, ao ler a letra "a", logo percebemos que, de fato, o aumento do recolhimento compulsório provoca um efeito contracionista no crédito já que reduz a disponibilidade de recursos no sistema bancário.

Letra a.

- 018.** (FCC/TCE CE/TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO/2015) NÃO se trata de uma falha de mercado
- a) a variação dos preços agrícolas ao longo do ano, devido à presença de períodos de safra e de entressafra.
 - b) a poluição de rios das grandes metrópoles.

- c) a existência de monopólios naturais.
- d) quando um morador atrai o mosquito transmissor da dengue, acumulando água parada em sua propriedade privada.
- e) o baixo desenvolvimento de um mercado de capitais, o que impede o financiamento de projetos de longo prazo estratégicos para o crescimento econômico.



A questão quer que você encontre a alternativa que não representa uma falha de mercado. E isso está logo na alternativa "a" já que a variação dos preços não representa uma falha de mercado, mas sim, a atuação do mercado.

Letra a.

019. (FCC/TCE-CE/AUDITOR/2014) É característica dos bens públicos:

- a) Princípio da exclusão do consumo.
- b) Externalidades negativas.
- c) Consumo não rival.
- d) Custo marginal próximo a zero.
- e) Deseconomias de escala em sua produção.



Aqui vamos procurar a alternativa correta, certo?! Como queremos a alternativa que melhor nos indica a característica de um bem público, então a alternativa correta é a letra "c" já que, em um bem público, não conseguimos rivalizar o consumo do bem. E uma consequência disso é a letra "d", porém uma característica primordial é a rivalidade no consumo. Bom, é questionável o raciocínio e a questão poderia ter sido anulada, mas não foi, então muito cuidado!!

Letra a.

020. (FCC/MPU/ANALISTA/2007) Caracteriza um bem público:

- a) Consumo não rival.
- b) Princípio da exclusão.
- c) Deseconomias de escala na produção.
- d) Preferências não reveladas.
- e) Externalidades negativas.



Aqui temos, novamente, uma questão pedindo o conceito de bens públicos, então recomendo fortemente que gravem isso!

Um bem público puro possui consumo não rival e é não exclusivo e aí temos o nosso gabarito que é a letra "a".

Letra a.

021. (FCC/SEFAZ SP/AGENTE FISCAL DE RENDAS/2013) Associe o número do conceito na coluna à esquerda aos parênteses na coluna à direita:

- 1 Bens cujo consumo é não excludente e não rival () Bens de consumo não rival
- 2 Bens cujo consumo é não excludente e rival () Caronas (free riders)
- 3 Não desejam pagar por bens não excludentes () Bens de propriedade comum
- 4 Bens cujo custo marginal de produção é nulo () Bens públicos

A sequência correta é:

- a) 3, 4, 1, 2.
- b) 3, 1, 2, 4.
- c) 1, 3, 2, 4.
- d) 4, 2, 3, 1.
- e) 4, 3, 2, 1.



Vamos classificar cada item. O primeiro item “bem não excludente e não rival” e isso caracteriza um bem público puro.

O segundo item “bens cujo consumo é não excludente e rival” caracteriza os bens quase públicos ou de propriedade comum.

O terceiro item “não desejam pagar por bens não excludentes” caracteriza os caronas.

O quarto item “bens cujo custo marginal de produção é nulo” caracteriza um bem de consumo não rival que pode ser um passeio em uma via pública por exemplo já que uma pessoa pode “consumir” sem prejudicar o consumo por outro indivíduo já que o custo marginal é nulo.

Assim o gabarito da questão é a letra “e”.

Letra e.

022. (COPS-UEL/LONDRINA/ECONOMISTA/2019) Um dos esquemas de financiamento muito conhecido na teoria das finanças públicas é a tributação de Lindahl.

Sobre esse esquema, assinale a alternativa correta.

- a) O esquema de Lindahl mostra que é necessário levar em consideração o custo marginal da provisão do bem público sem a necessidade de considerar as preferências individuais.
- b) O esquema de Lindahl mostra que as pessoas devem contribuir conforme a sua capacidade de pagamento, ou seja, a renda, sem a necessidade de considerar as preferências dos cidadãos.
- c) O esquema de Lindahl permite o financiamento integral do custo do bem público e assegura o equilíbrio individual.
- d) O esquema de Lindahl tem como objetivo a equidade horizontal.
- e) O resultado do esquema de Lindahl é divergente do obtido pela condição de Samuelson.



O esquema de Lindahl considera as preferências individuais de modo que o objetivo do modelo é provisão eficiente dos bens públicos. Lembrando que o resultado é o mesmo que o da condição de Samuelson. Assim ficamos com o gabarito da letra “c”.

Letra c.

023. (ESAF/ANEEL/ANALISTA ADMINISTRATIVO/2004) Assinale a única opção falsa no que diz respeito a bens públicos.

- a) Um bem público puro é aquele em que o custo marginal de oferecê-lo a uma pessoa adicional é rigorosamente zero e é impossível excluir quem quer que seja de receber o bem.
- b) O fornecimento de bens, via orçamento público, frequentemente envolve bens que são de consumo rival.
- c) O modelo de Samuelson procura determinar o nível ótimo de produção dos bens coletivos.
- d) A defesa nacional é exemplo de bem público.
- e) Os governos têm poder de coerção, de obrigar os cidadãos a pagar pelos bens públicos.



Aqui, nesse tipo de questão, precisamos ficar muito atentos, pois o examinador quer a alternativa falsa.

Bom, na letra “b”, temos que o Estado provê bens que sejam frequentemente bens não rivais, porém nem sempre é assim. Na realidade, temos diversos bens que são fornecidos pelo governo que poderiam ser ofertados pelo mercado de maneira rival. Então isso torna a alternativa errada e é o gabarito da questão.

As demais alternativas estão corretas e falam sobre bens públicos corretamente.

Letra b.

024. (ESAF/STN/ANALISTA DE FINANÇAS E CONTROLE/2013/ADAPTADA) Pelo modelo de Tiebout, é possível induzir os agentes econômicos a revelarem suas preferências e disposições a pagar pela quantidade de bens públicos por meio da descentralização fiscal e livre mobilidade de pessoas entre os governos locais.



Correto! Os indivíduos demonstram as suas preferências por bens públicos por meio da escolha do ente descentralizado que melhor as atenda.

Certo.

025. (FCC/AFAP/ECONOMISTA/ANALISTA DE FOMENTO/2019) No campo das finanças públicas, uma das teorias mais conhecidas é a da tragédia dos comuns.

Trata-se de teoria sobre o comportamento social exposta no célebre artigo The Tragedy of the commons, de Garret Hardin, em 1968. Em linhas gerais, a teoria sustenta que o uso descoordenado de recursos de propriedade de todos tende a levá-los ao esgotamento.

(Adaptado de: DE OLIVEIRA, Weder. Curso de Responsabilidade Fiscal. Belo Horizonte: Fórum, 2013. p. 60)

O excerto acima é um exemplo de falha na função econômica do estado conhecida como

- a) “alocativa”, sendo as demais conhecidas como “distributiva” e “estabilizadora”.

- b) “distributiva”, sendo as demais conhecidas como “alocativa” e “estabilizadora”.
- c) “retributiva”, sendo as demais conhecidas como “sancionatória” e “distributiva”.
- d) “fomentadora”, sendo as demais conhecidas como “distributiva” e “estabilizadora”.
- e) “sancionatória”, sendo as demais conhecidas como “alocativa” e “estabilizadora”.



Vimos que as três funções do governo são: alocativa, distributiva e estabilizadora. A tragédia dos comuns é o uso excessivo dos bens e, portanto, representa um problema na função de alocação. Portanto, o nosso gabarito é a letra “a”.

Letra a.

026. (CEBRASPE-CESPE/SUFRAMA/ECONOMISTA/2014) Considerando o papel do governo na economia, julgue o item que se segue.

O governo tem como funções a busca da adequada alocação de bens públicos e a promoção de distribuição de renda equitativa, de forma que a estabilidade e o crescimento econômicos são alcançados pela própria dinâmica do sistema de mercado.



Bem que poderia, mas não podemos dizer que “a estabilidade e o crescimento econômicos são alcançados pela própria dinâmica do sistema de mercado”. Inclusive é isso que justifica a atuação do governo na economia.

Errado.

027. (FMP/ICMS-MT/AUDITOR DO ESTADO DE MATO GROSSO/2015) Sobre as funções econômicas do setor público, selecione a alternativa que preenche corretamente a frase:

A função..... do governo está relacionada com a intervenção do Estado na economia, para alterar o comportamento dos preços e emprego, pois o pleno emprego e a estabilidade de preços não acontecem de maneira automática.

- a) estabilizadora.
- b) alocativa.
- c) distributiva.
- d) de crescimento econômico.
- e) fiscalizadora.



Pela descrição do enunciado, estamos diante da função “estabilizadora” já que estão relacionados com a promoção do crescimento com estabilidade da moeda e manutenção de alto índice de emprego de forma a alcançar o pleno emprego.

Letra a.

028. (VUNESP/TJ PA/ANALISTA JUDICIÁRIO – ECONOMIA/2014) A função do governo associada ao fornecimento de bens e serviços não oferecidos adequadamente pelo sistema de mercado é denominada

- a) produtiva.
- b) alocativa.
- c) distributiva.
- d) estabilizadora.
- e) arrecadadora.



A função alocativa tem por objetivo alterar a alocação dos bens para melhorar o fornecimento de bens públicos.

Letra b.

029. (FCC/AFAP/ANALISTA DE FOMENTO/2019) Um exemplo de materialização da função estabilizadora do governo é dada

- a) pelo provimento de bens meritórios.
- b) pela redistribuição de renda por meio da política fiscal.
- c) pela condução da política monetária.
- d) pela produção de bens públicos.
- e) pela fixação de impostos progressivos.



Quando o governo realiza a condução da política monetária, então ele está atuando na função estabilizadora. Os demais itens são exemplos da função alocativa e da função distributiva.

Letra c.

030. (VUNESP/FUNDAÇÃO CASA/ANALISTA ADMINISTRATIVO/2013) Políticas econômicas consistem em um conjunto de medidas tomadas pelo governo de um país com o objetivo de atuar e influir sobre os mecanismos de produção, distribuição e consumo de bens e serviços. De uma maneira geral, pode-se classificar as políticas econômicas em três tipos, segundo os objetivos governamentais: estruturais, de estabilização conjuntural e de expansão.

Nesse contexto, o governo tem várias funções; dentre elas, pode-se destacar aquela em que é realizada por meio das transferências, dos impostos e dos subsídios governamentais, de determinadas classes sociais ou regiões para outras de menor renda. Essa função é denominada

- a) distributiva.
- b) alocativa.
- c) estabilizadora.
- d) equalizadora.
- e) logística.



Quando o governo quer melhorar a distribuição de renda, então ele está atuando na sua função distributiva.

Letra a.

031. (VUNESP/SP-URBANISMO/ANALISTA - FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA/2014) A aplicação das diversas políticas econômicas a fim de promover o emprego, o desenvolvimento e a estabilidade, diante da incapacidade do mercado em assegurar o atingimento de tais objetivos, é a função do governo denominada

- a) social.
- b) estabilizadora.
- c) alocativa.
- d) distributiva.
- e) progressiva.



A aplicação de políticas econômicas para alcançar a estabilidade econômica é tipicamente uma função estabilizadora.

Letra b.

032. (CEBRASPE-CESPE/CAGE-RS/AUDITOR DO ESTADO/2018) A função alocativa, uma das funções básicas do governo, visa

- a) ofertar bens e serviços públicos que não seriam oferecidos pelo mercado privado ou que seriam ofertados em condições ineficientes.
- b) combater choques monetários, com o ajuste no nível geral de preços, estabilização da moeda, alteração do câmbio e modificação da taxa de juros.
- c) interferir no ambiente econômico e elevar o nível de emprego e bem-estar da população por meio do emprego de instrumentos de política fiscal.
- d) gerar condições para a oferta de bens privados no mercado pelos produtores, corrigindo imperfeições no sistema de mercado e, também, criando externalidades negativas.
- e) distribuir a riqueza na sociedade de modo a torná-la menos desigual, com o emprego de mecanismos como tributos, transferências financeiras governamentais, subsídios e incentivos fiscais.



Na letra “a”, temos justamente um dos objetivos da função alocativa que é ofertar bens e serviços públicos que não seriam oferecidos pelo mercado privado ou que seriam ofertados em condições ineficientes, ou seja, bens públicos.

Letra a.

033. (VUNESP/PREF SP/ANALISTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO GOVERNAMENTAL/2015) São exemplos de política alocativa, estabilizadora e distribuidora do Estado, respectivamente,

- a) o Plano de Metas, o Plano Cruzado e o Plano Verão.
- b) o Plano de Metas, o Plano Real e o Programa Bolsa Família.
- c) a criação do Banco Central, o Programa de Aceleração do Crescimento e o Programa Bolsa Família.
- d) o Plano Collor, o Plano Real e o Programa Bolsa Escola.
- e) o Plano de Metas, o II Plano Nacional de Desenvolvimento e o Plano Real.



O Plano de Metas pode ser considerado uma política alocativa. Temos que o Programa Bolsa Família é uma política distributiva e o Plano Real uma política estabilizadora.

Letra b.

034. (IBFC/SEPLAG SE/ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO GOVERNAMENTAL/2018) A ação do governo através da política fiscal abrange as três funções básicas das finanças públicas: a função alocativa, a função distributiva e a função estabilizadora. A educação e a saúde, quando bem distribuídas e ofertadas de forma igualitária, tendem a garantir o mínimo social na medida em que garantem que todos tenham um padrão mínimo de bem-estar, na medida em que visam reduzir a sensação de exclusão da sociedade causada por diferenças da renda, e na medida em que visam eliminar as vantagens desproporcionais na educação. Diante dessa análise, responda a alternativa correta:

- a) a função distributiva se propõe a promover o ajustamento na distribuição da renda mas sem se preocupar com a garantia de oferta de bens e serviços para a população menos assistida ou em situação de pobreza
- b) a função alocativa, diferente do que parece indicar o nome a ela atribuído, não busca promover ajustamentos na alocação de recursos
- c) a função estabilizadora não busca promover a manutenção da estabilidade econômica, vez que não há como se falar em estabilidade na economia. A função estabilizadora, por essa razão, não se relaciona com o uso da política orçamentária com o objetivo de manter o pleno emprego
- d) a função distributiva refere-se à organização da distribuição da renda, resultante dos fatores de produção – capital, trabalho e terra – e da venda dos serviços desses fatores no mercado. Ela pode ser feita por meio do mecanismo das transferências, dos impostos progressivos e dos subsídios para assegurar conformidade com o que a sociedade considera uma situação justa de distribuição.



Ao ler as alternativas, podemos perceber que a letra “d” descreve bem a função distributiva. Na letra “a”, podemos dizer que as políticas do governo não ocorrem de maneira isolada. Já a

função alocativa visa a promoção da alocação dos recursos. E a função estabilizadora busca promover a estabilidade econômica.

Letra d.

035. (CEBRASPE-CESPE/EBSERH/ECONOMIA/2018) A falta de informações sobre o histórico de crédito afeta especialmente os mais frágeis, já que os ricos têm bens para oferecer como garantia. Para lidar com esse problema, tramita no Congresso Nacional um projeto de lei que corrigirá a fragilidade da ausência de informação sobre o histórico de crédito: o aperfeiçoamento do Cadastro Positivo.

Nesse cadastro, computa-se a nota de crédito do cidadão. Quanto mais responsável ele for ao pagar as suas contas, melhor será a sua nota, que estará disponível para todo o mercado.

Reduzem-se, assim, o risco de emprestar e, com ele, as taxas de juros dos tomadores.

Cadastro Positivo e a democratização do crédito J M Pinho de Melo, M Mendes e M e F Kanczuk In: Folha de S.Paulo, 12/2/2018 (com adaptações)

Tendo o texto anterior como referência inicial, julgue o item a seguir, acerca das funções do Estado na economia.

O Estado brasileiro atua no âmbito de sua função distributiva, produzindo diretamente bem público, quando, por meio de políticas de crédito direcionado, estabelece o montante mínimo de recursos que deve ser emprestado pelas instituições financeiras para determinados segmentos econômicos.



A função distributiva atua para melhorar a distribuição da renda na economia. Como o item não deixou essa relação clara entre os agentes econômicos citados, então o item está errado!

Errado.

036. (IADES/IGEPREV-PA/ANALISTA DE INVESTIMENTOS/2018) A teoria econômica identifica três funções principais para o governo: a função alocativa, a distributiva e a estabilizadora. Com base nessa informação e considerando o papel das políticas monetária e fiscal, assinale a alternativa correta.

- a) O Banco Central é o órgão responsável pela implantação das políticas monetária e fiscal do governo.
- b) Por meio da política monetária, o governo promove a distribuição de renda, cumprindo a respectiva função distributiva.
- c) As condições de liquidez da economia são definidas a partir da política fiscal adotada.
- d) O governo cumpre a própria função alocativa quando utiliza a política monetária para garantir crescimento econômico com estabilidade de preços.
- e) A política fiscal é o instrumento utilizado pelo governo para definir o nível de tributação e gastos públicos da economia.



O Banco Central é o responsável pela implantação da política monetária, porém a política fiscal não é.

A política monetária não permite direcionamento, mas sim, na política fiscal, a possibilidade de distribuição nova de recursos que é a função distributiva.

A alternativa “d” deveria descrever a função estabilizadora.

E assim, temos o nosso gabarito na letra “e”, que mostra a definição de política fiscal.

Letra e.

037. (FGV/IBGE/TECNOLOGISTA – ECONOMIA/2016) Associe as funções do Estado a suas respectivas características:

1. Alocativa
2. Estabilizadora
3. Distributiva

() A arrecadação de um tributo sobre movimentações financeiras pode ser destinada a melhorar os serviços públicos de saúde, utilizados principalmente pelos mais pobres.

() A escolha pelo voto de um político pode ser entendido como um mecanismo revelador das preferências verdadeiras do eleitorado.

() O abandono do regime de metas inflacionárias tende a abalar o nível de confiança do consumidor e das empresas.

A associação correta, de cima para baixo, é:

- a) 1, 2 e 3;
- b) 1, 3 e 2;
- c) 2, 1 e 3;
- d) 3, 2 e 1;
- e) 3, 1 e 2.



Quando falamos em arrecadação de um tributo para melhorar a alocação dos recursos, então falamos da função distributiva.

Quando falamos em revelação de preferências do eleitorado, então estamos falando da função alocativa já que vamos saber direcionar os recursos conforme as necessidades da população.

Quando falamos de inflação e metas de inflação, estamos diante da função estabilizadora.

Letra e.

038. (IBFC/CM ARARAQUARA/AGENTE DE CONTROLE INTERNO/2016) Nos Estados modernos, a política de gastos, ou política fiscal do governo, tem três principais funções: distributiva, estabilizadora e alocativa. Assinale a alternativa que apresenta a ordem correta, de cima para baixo, dessas funções financeiras.

() Diz respeito ao fornecimento de bens públicos, que são aqueles cuja utilização por um indivíduo não implica a indisponibilidade para os outros indivíduos. Como o mercado não tem mecanismos de fornecimento e financiamento desses bens, o governo deve oferecê-los à sociedade.

() É a mais complexa das três. Ocupando uma posição de destaque na determinação da política fiscal e dos pagamentos de transferências. Tem como objetivo distribuir a renda, e a riqueza à população de modo mais equilibrado, minimizando diferenças que o sistema de mercado provoca em sua distribuição.

() Proposta pela teoria Keynesiana, tem por objetivo alcançar um elevado nível de emprego, uma razoável estabilidade no nível de preços, o equilíbrio na balança de pagamentos e uma aceitável taxa de crescimento econômico. Essa função regula a sintonia entre a oferta e a demanda agregada da economia.

a) Função Alocativa- Função Distributiva- Função Estabilizadora.

b) Função Estabilizadora - Função Alocativa- Função Distributiva

c) Função Distributiva- Função Estabilizadora - Função Alocativa.

d) Função Alocativa- Função Estabilizadora - Função Distributiva



Aqui, podemos perceber que quando a questão fala de fornecimento de bens públicos, então está falando da função alocativa. E quando fala em distribuição de renda, então está falando da função distributiva. Assim temos que o gabarito da questão é a letra “a”.

Letra a.

039. (CEBRASPE-CESPE/TCE-PA/AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO/2016) Com relação à economia do setor público, julgue o item que se segue.

Entre as funções governamentais estabelecidas por meio da política fiscal inclui-se a função estabilizadora, a qual objetiva alterar o modo de distribuição da renda nacional.



Na realidade, estamos falando da função distributiva...por isso, o item está errado!

Errado.

040. (AOC/PREFEITURA DE JUIZ DE FORA/ECONOMISTA/2016) No Brasil, a participação do Estado na economia tem apresentado crescimento desde a década de 1950. Uma implicação desse crescimento é a elevação da despesa total do setor público, bem como a necessidade da ampliação da arrecadação para fazer frente a tais despesas. Além do crescimento apresentado pelo governo, o papel deste modificou-se substancialmente ao longo do tempo. São atribuições econômicas governamentais:

a) manter a estabilidade econômica, promover ajustamento na alocação de recursos e na distribuição de renda.

- b) promover ajustamento na alocação de recursos, manter a estabilidade econômica e assegurar a liquidez dos bancos comerciais privados.
- c) promover ajustamento na alocação de recursos da propriedade privada.
- d) promover ajustamento na alocação de recursos, manter a estabilidade econômica e garantir o livre mercado.
- e) manter a estabilidade econômica, promover ajustamento na alocação de recursos e a supervisão do sistema financeiro.



Vamos procurar as funções do governo: alocativa, distributiva e estabilizadora. E encontramos essas funções logo na letra "a": manter a estabilidade econômica, promover ajustamento na alocação de recursos e na distribuição de renda.

Letra a.

041. (FGV/DPE MT/ECONOMISTA/2015) Segundo muitos analistas, a economia brasileira apresentou um crescimento próximo de 0% em 2014. Aliado a uma taxa de inflação próxima de 6,5%, podemos dizer que a economia se encontra em um cenário de estagflação, mas ainda mantendo uma baixa taxa de desemprego.

Nesse sentido, o governo não tem cumprido totalmente a sua função

- a) alocativa, por meio da política fiscal.
- b) distributiva, por meio da política monetária.
- c) estabilizadora, por meio de uma combinação das políticas monetária e fiscal.
- d) estabilizadora, por meio do melhor provimento de serviços públicos.
- e) alocativa, por meio da elevação das contribuições relativas a seguridade social.



No caso descrito no enunciado, temos que há inflação sem crescimento, portanto, o governo não está cumprindo a sua função estabilizadora.

Letra c.

042. (FCC/TCM-RJ/AUDITOR SUBSTITUTO DE CONSELHEIRO/2015) A função desenvolvida pelo Estado com o objetivo de assegurar o ajustamento necessário na apropriação de recursos na economia, visando a correção das imperfeições inerentes à própria lógica de mercado, denomina-se função

- a) normativa.
- b) distributiva.
- c) estabilizadora.
- d) administrativa.
- e) alocativa.



Quando falamos em bens públicos, então o governo deve suprir essa alocação, aí temos a função alocativa.

Letra e.

043. (CESPE/2015/MPOG/ECONOMISTA) Acerca das funções do governo na economia, julgue o item que se segue. A função estabilizadora é responsável por manter a estabilidade e o equilíbrio da economia por meio da política fiscal e da monetária.



Perfeito! É uma função que busca crescimento econômico, alto nível de emprego e estabilidade do poder de compra da moeda por meio de políticas econômicas.

Certo.

044. (CEBRASPE-CESPE/TCE-SC/AUDITOR/2016) A obrigatoriedade de divulgação, pelas instituições financeiras, do custo efetivo total dos empréstimos e financiamentos a pretendente de crédito, estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional, constitui forma de intervenção do Estado na economia no âmbito de sua função alocativa.



A função alocativa consiste na correção de falhas de mercado por meio do fornecimento de bens públicos. Então, como, no item, fala no problema de assimetria de informações que existe entre os bancos e os seus clientes, então temos claramente uma falha de mercado que precisa de uma intervenção do governo.

Certo.

045. (CEBRASPE-CESPE/FUNPRESF/ANALISTA/2016) Acerca das funções do governo na economia, julgue o item seguinte.

Ao desenvolver os programas Fome Zero, Bolsa Família e Bolsa Escola, o governo brasileiro exerce primordialmente uma função alocativa de recursos.



Na realidade, esses programas estão relacionados com a função distributiva do governo.

Errado.

046. (CEBRASPE-CESPE/COGE GE/AUDITOR DE CONTROLE INTERNO/2019) No que diz respeito a políticas econômicas governamentais, julgue os itens a seguir.

I – Para o exercício da função alocativa, o governo deve ocupar-se exclusivamente da produção de bens e serviços públicos.

II – O governo utiliza transferências, impostos e subsídios como instrumentos para o exercício da função alocativa.

III – A função estabilizadora do governo protege a economia de flutuações bruscas nos níveis de emprego e de inflação, valendo-se das políticas fiscal e monetária.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item II está certo.
- b) Apenas o item III está certo.
- c) Apenas os itens I e II estão certos.
- d) Apenas os itens I e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.



A função alocativa não se limita apenas com a produção de bens públicos, mas também com a regulação dessa produção.

A afirmativa II fala da função distributiva.

E a afirmativa III está correta!

Letra b.

047. (CEBRASPE-CESPE/SLU DF/ANALISTA DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS/2019)

Acerca de aspectos relativos à economia do setor público, julgue o item subsequente.

Denomina-se função alocativa a função básica do governo que preconiza a justa distribuição de renda na sociedade.



A função que o item menciona é a função distributiva.

Errado.

048. (CEBRASPE-CESPE/SLU DF/ANALISTA DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS/2019)

Acerca de aspectos relativos à economia do setor público, julgue o item subsequente.

As funções típicas de governo, como, por exemplo, a saúde, não podem ser assumidas pelo setor privado.



Não é bem assim o raciocínio! As funções típicas - ou não - podem, sim, ser assumidas pelo setor privado. Ademais um bem meritório, por definição, pode ser oferecido pelo mercado.

Errado.

049. (CESPE/TCE-SC/AUDITOR/2016) A previdência social brasileira cumpre função distributiva no que diz respeito às funções básicas do Estado na economia, razão por que, nesse aspecto, ela é tida como instrumento de política fiscal.



A função que a previdência social assume possui um carácter distributivo já que as contribuições são progressivas. Ademais, redistribuição da renda na direção daqueles que possuem menos para aqueles que possuem condições melhores.

Certo.



REFERÊNCIAS

DA SILVA, César Roberto Leite; LUIS, SINCLAYR. **Economia e mercados**. Saraiva Educação SA, 2017.

DORNBUSCH, Rudiger; FISCHER, Stanley; STARTZ, Richard. **Macroeconomia**. Bookman Editora, 2013.

FEIJÓ, Carmem Aparecida; DE CERQUEIRA LIMA, Fernando Carlos G.; BARBOSA FILHO, Nelson Henrique. **Contabilidade social**. 5 ed. Elsevier Brasil, 2016.

GARCIA, MANUEL ENRIQUEZ; VASCONCELOS, MARCO A. SANDOVAL. **Fundamentos de economia**. Saraiva Educação SA, 2017.

KISHTAINY, Nial; ABBOT, George; FARNDON, John; WEEKS, Marcus; MEADWAY, James; KENNEDY, Frank; WALLACE, Christopher. **O livro da Economia** [tradução de Carlos S. Mendes Rosa]. São Paulo: Globo, 2013.

PAULANI, Leda; BOBIK, Marcio. **A nova contabilidade social: uma introdução à macroeconomia**. Saraiva Educação SA, 2020.

Daisy Assmann



Economista pela UnB, mestre e doutora em Economia pela Universidade Católica de Brasília. Aprovada em vários concursos, dentre eles, na Defensoria Pública da União em 2012, onde atua exercendo a função de coordenadora de planejamento e acompanhamento financeiro.

**NÃO SE ESQUEÇA DE
AVALIAR ESTA AULA!**

**SUA OPINIÃO É MUITO IMPORTANTE
PARA MELHORARMOS AINDA MAIS
NOSSOS MATERIAIS.**

**ESPERAMOS QUE TENHA GOSTADO
DESTA AULA!**

**PARA AVALIAR, BASTA CLICAR EM LER
A AULA E, DEPOIS, EM AVALIAR AULA.**

AVALIAR 